UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JULIA GRACIELA MACHADO

RELAÇÕES QUE AFETAM:

Experiências entre senhores e escravizados na Comarca de Castro (1829-1856)

PONTA GROSSA - PR
2024

JULIA GRACIELA MACHADO

RELAÇÕES QUE AFETAM:

Experiências entre senhores e escravizados na Comarca de Castro (1829-1856)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Ilton Cesar Martins

PONTA GROSSA

2024

JULIA GRACIELA MACHADO

RELAÇÕES QUE AFETAM:
Experiências entre senhores e escravizados na Comarca de Castro (1829-1856)

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Ponta Grossa, ___ de _____de _____.

Profº Dr. Ilton Cesar Martins – Orientador

Doutor em História - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.ª Dra. Merylin Ricieli dos Santos

Doutora em História - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.ª Dra. Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski

Doutora em História - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

PONTA GROSSA

2024

Dedico este trabalho à minha família pelo apoio, e ao meu amor por acreditar mais do que eu mesma. Vocês são meu alicerce!

AGRADECIMENTOS

À minha família, que, com amor, valores e exemplo, foi fundamental na minha formação pessoal. Cada conselho e gesto de apoio moldou quem sou hoje. Sou imensamente grata por tudo o que me ensinaram ao longo da vida.

Ao meu amor e companheiro de vida, Everthon Lisboa Martins, por seguir sempre firme ao meu lado, apoiando todo meu percurso sem medir esforços. Obrigada por tornar seu o meu sonho.

Minha profunda gratidão ao meu orientador Prof. Dr. Ilton Cesar Martins, por sempre me indicar a direção correta. Sua orientação foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

À coordenação e todo corpo docente do DEHIS, por todos os ensinamentos tão valiosos para minha formação, em especial, à banca examinadora do meu TCC, Prof.ª. Dra. Merylin Ricieli dos Santos e a Prof.ª. Dra. Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski, pelo tempo dedicado e pelos valiosos feedbacks que contribuíram para o aprimoramento deste projeto.

Vocês são inspiração!

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial.

(Lélia Gonzalez)

RESUMO

O presente trabalho busca problematizar a complexidade das relações de afetividade na sociedade escravista da Comarca de Castro, PR, durante a primeira metade do século XIX. O ponto de partida é o caso de Antonio Fogaça de Souza, que, em 1856, contrariando seus opositores, nomeou seus 29 escravizados como herdeiros universais. Esses opositores já haviam solicitado a interdição dos bens de Fogaça, sob a alegação de demência e má administração dos escravos, afirmando que "alguns se tinham por forros". A análise dos documentos - inventários, testamentos e processos - revela no cotidiano escravista indícios da agência dos sujeitos escravizados, desafiando estereótipos de passividade. O exame detalhado desses documentos permite acessar uma complexa rede de disputas de poder e sensibilidades. Inspirado pela historiadora Sandra Pesavento, este olhar para as relações subjetivas supera a dualidade reducionista "sujeito-objeto", compreendendo que diferentes atores sociais compartilhavam o mesmo cenário, cada um a partir de sua posição, mas nenhum permanecendo inerte ao contexto.

Palavras – chaves: Escravidão no Paraná; Comarca de Castro; Relações de poder; Afetividades.

RESUMEN

El presente trabajo busca problematizar la complejidad de las relaciones afectivas en la sociedad esclavista del Distrito de Castro, PR, durante la primera mitad del siglo XIX. El punto de partida es el caso de Antonio Fogaça de Souza, quien, en 1856, contrariamente a sus oponentes, nombró herederos universales a sus 29 esclavos. Estos opositores ya habían pedido la interdicción de los bienes de Fogaça, bajo el argumento de demencia y mala gestión de los esclavos, afirmando que "algunos se consideraban libertos". El análisis de documentos (inventarios, testamentos y procesos) revela signos de la agencia de los sujetos esclavizados en la esclavitud cotidiana, desafiando los estereotipos de pasividad. Un examen detallado de estos documentos permite acceder a una compleja red de luchas de poder y sensibilidades. Inspirándose en la historiadora Sandra Pesavento, esta mirada a las relaciones subjetivas supera la dualidad reduccionista "sujeto-objeto", entendiendo que diferentes actores sociales compartieron un mismo escenario, cada uno desde su propia posición, pero ninguno permaneció inerte al contexto.

Palabras clave: Esclavitud en Paraná; Condado de Castro; Relaciones de poder; Afectos.

LISTA DE GRÁFICOS

1 Gráfico - Estrutura da posse de escravos por testador (1829-1856) 32
2 Gráfico - Concessão de Alforria vs. Não Concessão (1829-1856) 33

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3

METODOLOGIA 8

1. CAPÍTULO - TRAJETÓRIA HISTORIGRÁFICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E O PAPEL DAS SUBJETIVIDADES 13

2. CAPÍTULO – CASTRO NO SÉCULO XIX: RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADES NA SOCIEDADE CASTRENSE 26

3. CAPÍTULO - AFETIVIDADE E IDENTIDADE COLETIVA: IMPACTO DAS RELAÇÕES PRIVADAS NA ESFERA PÚBLICA 43

CONSIDERAÇÕES FINAIS 53

FONTES 56

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 57

INTRODUÇÃO

Em 1856, o Tenente Antonio Fogaça de Souza, juiz de paz e proprietário da Fazenda Vilella — terras que constituíam a nona fazenda na região de Castro e Ponta Grossa[1] — transformou os escravizados e libertos de sua fazenda em seus herdeiros universais. O caso, apesar de não ser o único em seu contexto, instiga questões sobre a complexidade das relações escravistas de meados do século XIX. Quais circunstâncias e experiências poderiam ter levado um senhor de escravos a desafiar as convenções senhoriais de seu tempo e transformar seus cativos em herdeiros? Como o ato de Fogaça reflete as tensões e negociações de poder, afetividades e resistência que permeavam as relações entre senhores e escravizados? Em que medida as subjetividades dos escravizados podem ser percebidas nas fontes históricas e, por meio delas, revelarem um cotidiano que transcendia a noção de passividade?

Iniciamos a investigação, tomando este caso como ponto de partida, estabelecemos assim recorte espacial, Comarca de Castro - Paraná, e o recorte temporal compreendido entre 1829 e 1856, o marco inicial corresponde ao ano em que Fogaça foi eleito como juiz de paz, e o marco final é referente ao ano em que ocorreu a lavratura de seu testamento.

Quanto a definição das fontes cartoriais, optamos por trabalhar com um conjunto de testamentos e inventários que compreendem o recorte temporal investigado[2]. Foram analisados o total de 260 documentos de forma individual, com intuito de estabelecermos a frequência em que ocorriam casos de nomeação de escravizados como herdeiros, a incidência de concessão de alforrias no ato de testar, assim como a estrutura de posse de escravos por testador.

Além das fontes cartoriais, analisamos dois processos crimes. O primeiro, de 1852, um processo por furto de animais[3], onde João Sutil do Rozário alega a má administração dos escravizados do tenente. O segundo, de 24 de janeiro de 1856[4], que se trata de um pedido de interdição de Fogaça feito por Joaquim Anacleto da Fonseca que alegava incapacidade do mesmo em gerir seus bens e escravizados. Anacleto, no primeiro momento, consegue a interdição, porém no desenrolar do processo, Fogaça contrata um advogado e consegue anular a sentença. Em 20 de fevereiro de 1856, o Tenente chama um escrivão e testemunhas para

---

[1] MARTINS, Ilton Cesar. Eu só tenho três casas: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853 – 1888). 2011. Tese (Doutorado em História pelo Departamento de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes) - Universidade Federal do Paraná Doutorado, Curitiba, 2011, p. 224.

[2] Conjunto de inventários e testamentos. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Cível. 1829 - 1856.

[3] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1852. Furto.

[4] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação e Responsabilidade.

ditar seu testamento, "não tendo casado e nem filhos, deixava como prova de gratidão, todos os bens aos seus escravos, a partir de então, seus herdeiros universais".[5]

Outra fonte explorada além dos documentos cartoriais foi o livro de Saint-Hilaire[6], que retrata a sua passagem na fazenda Vilella, em 1820.

A partir da análise das fontes primárias procuramos considerar a complexidade de relações que afloram dos documentos históricos, buscando compreender, por meio da história das sensibilidades, a teia de experiências de subjetividades humanas e afetividades estabelecidas, mesmo em um cenário escravista.

O conceito de afetividade que procuramos abordar se apoia em perspectivas que transcendem a mera experiência emocional individual. Trata-se de um processo relacional, marcado pela interação e influência mútua entre sujeitos, é a ação de afetar o outro. O afeto é objeto de estudo interdisciplinar, assim sendo, articulamos a discussão com o psicanalista Corrêa[7], que define o afeto em uma concepção bastante ampla, envolvendo a História, a Filosofia, e a Psicanálise.

A partir da ótica das afetividades, os escravizados emergem como agentes ativos na vida cotidiana da sociedade, transcendendo o estereótipo de mercadoria e assumindo papéis diversos, inclusive, em alguns casos, de certa autonomia.

Embora não seja possível acessar a subjetividade de forma concreta, podemos trabalhar com a esfera do provável, isto posto, percebemos nas documentações, movimentos onde escravizados e senhores, mesmo inseridos no contexto escravista, constituíram relações que extrapolam a prática coercitiva, exclusivamente baseado na violência explícita

A construção da imagem do escravizado como um ser "coisificado", incapaz de constituir relações afetivas, carrega um sentido de homogeneidade. Essa ótica ignora completamente o papel dos contextos históricos e sociais na construção da identidade dos indivíduos, deixando de lado a complexidade social das relações humanas, defendendo a ideia da alienação da subjetividade dos sujeitos. O conceito de experiência de Thompson[8] nos permite compreender a multiplicidade de vivências que moldam os indivíduos. Este conceito refere-se à maneira como as pessoas vivem, percebem e interpretam suas condições sociais e históricas a partir de suas dinâmicas cotidianas. A experiência vivida seria o ponto de partida

[5] MARTINS, op. cit., p. 226.
[6] SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. São Paulo: Ed. Da USP, 1978.
[7] CORRÊA, Carlos Pinto. O afeto no tempo. Estudos de Psicanálise, n. 28, p. 61-67, 2005, p. 66.
[8] THOMPSON. Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa I: A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e terra, 2004.

para a agência dos sujeitos, ou seja, para a capacidade de ação e transformação social que eles desenvolvem, construindo, assim, uma “cultura de classe”.

O conceito de "estrutura de sentimento" de Raymond Williams[9], complementa a noção de experiência de Thompson ao evidenciar a possibilidade de construção de experiências coletivas. Ações, muitas vezes não conscientes, e através de nuances implícitas no cotidiano, permitem que os sujeitos moldem a ordem social onde estão inseridos.

Mesmo em um cenário onde eram vistos como mercadorias, os sujeitos que foram escravizados jamais perderam sua condição humana, mas tiveram suas humanidades destituídas. A luta pela sobrevivência se performou por diversos mecanismos e estratégias para além das revoltas e fugas. A resistência se deu inclusive por questões subjetivas das relações no meio social, em espaços privados e públicos.

A partir do caso específico retratado nas documentações referentes ao tenente Fogaça, e Castro do século XIX, acessamos uma complexa rede de relações que vai além do âmbito individual, refletindo tendências na vida da comunidade.

Não buscamos tratar o caso como uma mera ação peculiar, digna de curiosidade, mas sim de um caso com potencialidade de expressar outras concepções que norteavam as relações escravistas, criando espaços tanto de compatibilidade quanto de rupturas às imposições de sua época e local.

Na História da vida privada e do cotidiano, os objetos de estudo emergem justamente desses movimentos de ruptura ou intersecção entre experiências e temporalidades. É da capacidade de explorar o rompimento com o dito ‘comum’, que se revelam os detalhes dessas particularidades do 'cotidiano' e do 'ordinário’ dessas vivências. Cotidiano aqui entendido pela ruptura do ordinário, fazendo referência a concepção defendida por Certeau[10].

Ao problematizar as particularidades que emergem destes cenários, é possível explorar experiências que revelam o não dito a priori pelas documentações oficiais.

Considerando esta complexa teia social, inferimos que sujeitos de Castro, sejam eles escravizados, livres e libertos, proprietários de escravos ou não, comungavam de um mesmo cenário, cada um partindo de seu lugar social, mas nenhum estando inerte no contexto. Feita essa provocação, remetemos novamente a Certeau, “O que interessa ao historiador do cotidiano é o Invisível...”[11], refletindo sobre a potencialidade de buscar o não explícito e

---

[9] WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
[10] CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
[11] CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 31.

perceber nas entrelinhas as formas de resistências que se estabeleciam, diferentes "visões de liberdades"[12], como já apontado por Sidney Chalhoub.

Essas possibilidades de negociação são tratadas também por Homi Bhabha, em "O Local da Cultura"[13], que coloca em perspectiva o que chama de "entre-lugares". Nesses espaços, as pessoas (individual ou coletivamente) têm a oportunidade de redefinir sua agência, ou seja, de construir e exercer poder de diferentes maneiras. Essa elaboração ocorre não apenas como um movimento de afirmação de identidade, mas também como um processo de contestação que desafia as estruturas estabelecidas de poder e significado. Esses momentos e lugares de intersecção não são apenas passivos ou intermediários; eles são, na verdade, espaços criativos e dinâmicos que possibilitam a emergência de novas formas de subjetivação.

> Esses 'entre-lugares' fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade." [14]

Neste jogo social, as relações de dominador e dominado entram em disputa, de forma a buscar um "equilíbrio de antagônicos", fazendo alusão ao conceito formulado pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre em sua obra Casa-Grande & Senzala de 1933[15]. O autor propõe uma análise das relações sociais complexas e muitas vezes contraditórias que moldaram a formação da sociedade brasileira. Em vez de simplesmente observar os antagonismos como forças em constante conflito, Freyre os considera elementos interdependentes e dinâmicos que, em sua interação constante, geram um estado de equilíbrio instável, porém necessário para a coesão social. Sendo assim, por esta perspectiva, não há passividade dos escravizados, e sim o oposto. As explanações sinalizam para à agência destes sujeitos nas mais diversas formas de relações sociais e expressão de suas resistências.

Também neste sentido, procuramos entender essa disputa travada no social através da concepção de "relações de poder", conforme formulada por Michel Foucault[16].

Na concepção foucaultiana o poder não é centralizado, mas sim distribuído por todos os indivíduos que participam da sociedade. Essa noção permite demonstrar como os sujeitos

---

[12] CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
[13] BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
[14] Ibid., p. 20.
[15] FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51.ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
[16] FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

marginalizados, neste caso os escravizados possuíam agência e resistência mesmo em um cenário escravista. Com isso podemos refletir sobre as diversas formas de exercício de poder, tanto para sujeitos "dominantes" quantos para os "dominados", e como esse poder era manifestado no cotidiano, desafiando as estruturas sociais estabelecidas. Para Foucault, o poder é uma relação dinâmica que permeia todas as esferas sociais[17].

Sob essa perspectiva, ao correlacionarmos essa concepção de poder com o contexto estudado, podemos explorar a relação entre os sujeitos escravizados de Castro e os senhores escravistas. Se o poder é uma força que pode ser exercida por diferentes sujeitos e de diversas formas, podemos refletir sobre as interações estabelecidas no caso Fogaça, onde a desigualdade está posta, visto que é uma relação escravista, entretanto, as fontes permitem perceber que os escravizados afetavam diretamente a cena cotidiana, sendo acusados de crimes, indisciplina e até demonstrações públicas de posses "apresentando-se com caros aparelhos de prata e vestimentas ricas"[18]interferindo na ordem social esperada. Essas ações podem exemplificar as diferentes formas de autonomia dessa camada social considerada periférica. Com a agência sendo exercida por mecanismos diferentes e que extrapolam a noção de resistência somente pela violência.

Por meio desta pesquisa tivemos como objetivo geral analisar as sensibilidades individuais e subjetividades coletivas que se revelam no caso do Tenente Fogaça em Castro (1829 – 1856). Para que este objetivo fosse possível buscamos discutir como as ações do Tenente Fogaça refletem a complexidade proveniente de relações humanas, mesmo num cenário escravista. Identificar os discursos presentes nos processos crimes, que revelam as percepções da sociedade local sobre os escravizados. Demonstrando a construção de identidade social como um jogo constante de sensibilidades individuais e subjetividades coletivas que moldaram as relações e foram moldadas pela concretude da escravidão.

A partir do exposto, concebemos este trabalho em três capítulos principais, denominados consecutivamente de "Trajetória Historiográfica da Escravidão no Brasil e o Papel das Subjetividades", "Castro no Século XIX: Relações de Poder e Subjetividades na sociedade castrense." e "Afetividade e Identidade Coletiva: Impacto das relações privadas na esfera pública", além das considerações finais.

No primeiro capítulo buscamos explorar a trajetória historiográfica sobre a escravidão no Brasil, analisando as diferentes concepções e como diferentes debates foram sendo

[17] FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Trad. Raquel Ramalhete. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010, p.232.
[18] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação e Responsabilidade.

constituídos no decorrer dos anos, inclusive com relação a incorporação dos estudos das subjetividades.

No segundo focamos nas relações de poder e subjetividades da sociedade de Castro - PR, da segunda metade do século XIX, partindo da análise das documentações citadas anteriormente. A partir desta análise pretendemos elaborar uma reflexão sobre como as ações do Tenente Fogaça podem presumir uma complexidade proveniente de relações humanas, permitindo questionarmos se é possível ou não a construção de uma afetividade mesmo em um cenário escravista, ou se tudo é estratégia de poder senhorial, entendendo que essas relações que partem do âmbito privado interferem de forma contundente no espaço público.

No terceiro capítulo discorremos sobre as interferências do caso na esfera pública, analisando as reações do corpo social diante do caso exposto, e como essas interferências revelam uma disputa por uma identidade coletiva. Em um jogo constante que opõe a perpetuação de uma hierarquia hegemônica e as resistências resultantes do próprio sistema escravista. Para isso buscamos analisar os discursos presentes nos processos crimes, que demonstram as percepções da comunidade local sobre os escravizados.

METODOLOGIA

Tendo em vista o fato de que as vozes dos escravizados não foram contempladas nas fontes analisadas de forma direta, por se tratarem de documentos predominantemente produzidos por membros das camadas dominantes da sociedade, como proprietários escravistas, autoridades locais, religiosos ou outros indivíduos privilegiados que controlavam os meios de registro histórico, buscamos recorrer a uma estratégia que possibilitasse superar esse entrave metodológico. Para isso valemo-nos do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, sistematizado em em sua obra "Mitos, emblemas, sinais"[19] e aplicado em "O queijo e os vermes".[20]

O paradigma indiciário, proposto por Ginzburg, trata-se da construção de um conhecimento que busca compreender a totalidade a partir de "minúsculas particularidades paleográficas" que "empregadas como pistas permitiam reconstruir trocas e transformações culturais"[21]

---

[19] GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. 4ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
[20] GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. 10ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
[21] GINZBURG, 1989, p. 177.

Estes indícios e pistas eram deixadas por sujeitos, em documentos que a priori não pretendiam narrar suas versões. Ideias que nasciam "exclusivamente no âmbito das classes dominantes", porém que pela "recusa dessa tese simplista implica uma hipótese muito mais complexa sobre as relações que permeavam, nesse período, as duas culturas: a das classes dominantes e a das classes subalternas."[22]

Para que seja possível a problematização destas vozes que aparecem majoritariamente de forma indireta, é necessário um esforço investigativo. Chalhoub[23], em sua introdução da obra "Visões de liberdade" dialoga com o entendimento da metodologia apontada por Ginzburg, apresentando o método indiciário como uma abordagem que busca compreender a realidade social a partir de indícios e pistas deixadas camufladas em documentações históricas. O autor apresenta esse método usando como exemplo o caso de Zadig, o sábio da Babilônia, protagonista de uma obra de Voltaire, que para encontrar a cachorra perdida da rainha, relaciona vestígios e consegue formar a imagem detalhada dos rastros da cadela fujona. O autor destaca a importância de interpretar esses indícios de forma cuidadosa e contextualizada, levando em consideração as relações de poder, as estruturas sociais e as dinâmicas históricas do período estudado. Ele argumenta que o método indiciário permite uma compreensão mais profunda e complexa da realidade social, ao revelar aspectos que não estão presentes nos registros oficiais e nas narrativas dominantes.[24]

Embora o conceito de afetividade forneça uma lente importante para explorar as relações sociais em contextos escravistas, sua aplicação a fontes indiretas, como as cartoriais, apresenta desafios significativos. É fundamental reconhecer que as interpretações das afetividades baseadas nessas fontes são, em grande parte, inferenciais e, portanto, sujeitas a riscos metodológicos. Ao lidar com documentos que foram predominantemente produzidos por membros da elite, a subjetividade dos escravizados aparece mediada pela ótica do dominador, o que pode levar a interpretações enviesadas ou incompletas. Nesse contexto, a ausência de vozes diretas dos escravizados é um obstáculo à compreensão plena das suas experiências e subjetividades.

Reconhecer esses limites não diminui a validade das conclusões, mas fortalece a análise ao demonstrar transparência quanto à dificuldade de acessar diretamente as emoções, intenções e experiências destes sujeitos. Ginzburg considera os limites do conhecimento total e sistemático, ou seja, a impossibilidade de abarcar a realidade de forma completa e direta.

---

[22]GINZBURG, 1987., p. 189.
[23]CHALHOUB, op.cit.
[24]Ibid.

Ele considera que as pretensões de uma ciência que tudo explica de maneira definitiva e universal são, em grande medida, ilusórias.

> Se as pretensões de conhecimento sistemático mostram-se cada vez mais como veleidades, nem por isso a ideia de totalidade deve ser abandonada. Pelo contrário: a existência de uma profunda conexão que explica os fenômenos superficiais é reforçada no próprio momento em que se afirma que um conhecimento direto de tal conexão não é possível. Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la.[25]

Embora reconheça esses limites, Ginzburg não descarta a ideia de que os indícios estão conectados por uma lógica maior, uma totalidade, ainda que essa conexão não seja plenamente acessível. Admite que a realidade é muitas vezes “opaca”, ou seja, difícil de compreender diretamente. No entanto, ele sugere que existem "zonas privilegiadas" que funcionam como pistas ou sinais que permitem inferir aspectos dessa realidade.

Outra possibilidade metodológica que, em conjunto com o método indiciário, contribui para a execução dos objetivos pretendidos é a análise de discurso.

> A Análise de Discurso não procura o sentido "verdadeiro", mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo. Todo enunciado, dirá M. Pêcheux (idem), é lingüísticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos.[26]

O método promove uma abordagem crítica e reflexiva sobre a linguagem presente nos documentos históricos, buscando desvendar diferentes formas da construção de sentido, permitindo uma melhor compreensão das relações de poder, ideologias dos contextos sociais, identificando diferentes vozes nas narrativas estudadas.

A opção pelo uso do inventário e testamento, se deu pela possibilidade destes documentos apresentarem múltiplos aspectos sobre a sociedade em que o testador viveu. Estes documentos possuem informações que podem contribuir para o entendimento de balizas das referidas sociedades, aspectos econômicos e sociais. Como destacado por Júnia Ferreira Furtado:

> Testamentos e inventários são produzidos no contexto da morte de uma pessoa, mas, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, esses documentos contêm ricas e

[25]GINZBURG, 1989, p. 177.
[26] ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. Pontes, 2012, p. 59.

> variadas informações sobre múltiplos aspectos da vida do morto, bem como da sociedade em que ele viveu. Por isso, nas mãos do historiador, eles podem se transformar em testemunhos sobre a morte, mas acima de tudo sobre a vida, em suas dimensões materiais e espirituais. Ambos os documentos guardam algumas similaridades, mas são distintos, cada qual com sua especificidade.[27]

Essas fontes podem contribuir para um aprofundamento sobre o entendimento dos sujeitos e seus contextos, seja no âmbito material ou simbólico, apresentando uma diversidade de sentidos da sociedade referida.

Guedes e Soares discutem a importância dos testamentos como fonte de pesquisa histórica no contexto da escravidão. Apresentam possibilidades que superam a leitura simplista desse corpo documental, extrapolando as análises quantitativas e estatísticas, bem como a concepção vulgar de analisar apenas os "verdadeiros interesses" dos senhores ao conceder alforrias nos testamentos, evidenciando seu potencial como fonte para problematização das sensibilidades individuais dos testadores e legatários além de uma possível subjetividade coletiva.[28]

A potencialidade dos testamentos como fonte no estudo dos aspectos da subjetividade social, é debatido também por Paiva, para ele a documentação tem papel fundamental na preservação de aspectos sentimentais, materiais, imaginários e políticos.

> [...]são uma das mais ricas vias de ligação com o passado uma vez que guardam registros de práticas, ideias, sentimentos, demandas, tradições, costumes, expectativas, representações, desejos e receios expressos por homens e mulheres de variada "qualidade", legítimos testemunhos de um tempo afastado de nós e de um espaço que eles também construíram. [29]

Optamos por trabalhar utilizando o conceito de "sensibilidades", defendido por Sandra Jatahy Pesavento. Ao explorarmos as fontes por meio deste conceito procuramos "[...] resgatar possibilidades verossímeis que expressam como as pessoas agiam, pensavam, o que temiam, o que desejavam."[30]

---

[27] FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93.

[28] GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. As alforrias entre o medo da morte e o caminho da salvação de portugueses e libertos. Rio de Janeiro, segunda metade do século XVIII. *In*: RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica – séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 107 – 150.

[29] PAIVA, Eduardo França. "Usos e costumes da terra": o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários *post-mortem* das Minas Gerias setecentistas. *In*: RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). Últimas Vontades: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica – séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 80-81.

[30] PESAVENTO, Sandra J. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). Histórias e Literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 22.

Conquanto, o nosso objetivo não é minimizar o caráter de violência que a escravidão tem por si mesma. Longe disso, o que pretendemos articular é como mesmo neste sistema, as experiências humanas tomaram rumos tão complexos, que extrapolaram as dinâmicas de opressão tecendo espaços de micro resistência dentro do próprio cotidiano das relações estabelecidas em um cenário escravista. Sendo assim, entendemos a abordagem das afetividades e sensibilidades nas relações escravistas, como expressão da agência destes indivíduos que demarcavam seu lugar, e construíam suas resistências pelos mais diversos mecanismos

Baseada nestas concepções, entendemos ser possível explorarmos o âmbito simbólico criado a partir dessas vivências de poder e subjetividades estabelecidos entre senhores e escravizados. E mesmo que sejamos impossibilitados de acessar empiricamente essas subjetividades, para poder afirmar categoricamente quais eram seus pensamentos, anseios e intenções, podemos, a exemplo dos autores citados, inferir das fontes que tanto senhores quanto escravizados detinham agência sobre o sistema vigente.

1. CAPÍTULO - TRAJETÓRIA HISTORIGRÁFICA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL E O PAPEL DAS SUBJETIVIDADES

A historiografia sobre a escravidão brasileira assinala uma trajetória de transformações e rupturas teórico metodológicas. Pensar como ocorreram esses movimentos permite colocar em foco a maneira de se pensar a escravidão e o próprio sujeito escravizado.

Nesse intuito, precisamos problematizar primeiramente o conceito de "ser escravo". Para isso recorremos a uma provocação feita por Santos:

> Logo *Ser escravo* não define, por si só, os sujeitos que viveram sob o jugo do sistema escravista no Maranhão setecentista, ou mesmo no Brasil. A diversidade de indivíduos, as formas como foram tratados, os lugares aos quais foram destinados e mesmo os trabalhos realizados forjaram uma multiplicidade da qual o conceito universal do *ser* não daria conta de explicar. É preciso também mergulhar nas raízes filosóficas e, tal como Heidegger fez, tentar entender o obscurantismo que o conceito do ser carrega, pois o escravo só é escravo sendo. Ele não é um *"o que",* mas sim um "quem". [31]

O "ser" escravo não define a totalidade do indivíduo. Pelo contrário, a questão central reside no "estar escravo". É necessário fugir da dicotomia simplificadora que retrata o indivíduo como vítima inerte ou herói revoltado. Procuramos buscar nas vivências e nas relações, para além da opressão do sistema escravocrata, suas experiências como agente ativo e a complexidade das relações sociais.

Compreender a escravidão de forma contextual e cultural, em vez de essencialista, nos permite uma visão mais complexa das experiências dos sujeitos, e das práticas que moldaram a vida das pessoas inseridas neste cenário.

O conceito de "experiência" de Edward Palmer Thompson, historiador marxista britânico, nos auxilia na superação de uma visão que naturaliza a condição de ser escravo como uma característica essencial e inalterável, reconhecendo a condição como uma situação histórica e cultural, e não uma essência imutável. As experiências individuais e as nuances que afloram das relações, são elementares para cada indivíduo, entendendo que cada experiência é influenciada por fatores externos e varia com o tempo e o espaço.

---

[31] SANTOS. Nila Michele Bastos. Paixões, poderes e resistências: as relações de poder e afetividade entre senhores e escravizados no Maranhão setecentista. 2016. Dissertação (Mestrado acadêmico em História Social). UFMA, São Luís, 2016, p. 32.

> Mas a questão que temos imediatamente à nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.[32]

Na concepção de alguns pesquisadores, que acabam por constituir quase uma maneira clássica de narrar o tema, a historiografia brasileira pode ser dividida em três momentos interpretativos basilares que podem ser analisados de forma comparativa. Pretendemos deste modo, não somente apresentar um panorama geral sobre como foram realizados os estudos dessa temática, mas também refletir sobre o lugar que se dá à possibilidade de entender o sujeito escravizado integrado de forma ativa na sociedade, pelo viés da subjetividade, contribuindo, em certa medida, para uma compreensão desse campo.

Partimos de Gilberto Freyre, claro está, que não ignoramos a existência de inúmeras publicações sobre o tema, desde cronistas, viajantes, administradores, religiosos ou, em alguns casos, narrativas dos próprios escravizados, como Esperança Garcia ou Mahommah Gardo Baquaqua. Entretanto, as repercussões da obra Casa Grande & Senzala, representam um marco sobre o pensamento social brasileiro e o rompimento da historiografia da escravidão com a produção que a precedia. A perspectiva anterior a Freyre, apropriou-se de referenciais teóricos como o Darwinismo social, baseando-se em teses racistas e valores europeus, compreendia a presença negra e mestiça como um obstáculo para o progresso no país, defendendo o branqueamento da população como o ideal. Autores como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues são alguns dos expoentes dessa tradição[33].

Enquanto para estes autores a miscigenação deveria ser encarada como uma problemática, para Freyre deveria ser tomada como uma especificidade positiva na identidade brasileira. Além disso, Casa Grande & Senzala desvia o olhar das teorias raciais pseudocientíficas de branqueamento e de inferioridade da raça negra, se atendo ao campo das culturas, propõe que não existe superioridade ou inferioridade quando se trata de culturas, mas sim uma equivalência que resulta da miscigenação. A obra analisa, por meio de uma ótica "paternalista" a família patriarcal focando em temáticas como relações no meio doméstico, sexualidades e afinidades pessoais, permitindo um olhar sobre as subjetividades das relações.

Palermo afirma que:

---

[32] THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.16.
[33] BECHELLI, Ricardo Sequeira. Metamorfoses na interpretação do Brasil-Tensões no paradigma racial (Silvio Romeiro, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna). 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

> Casa-grande e senzala colocou o negro e o índio em outro lugar histórico sociológico. Ademais, a partir de um aparato teórico-conceitual da antropologia cultural, a tese desse sociólogo foi capaz de nos mostrar o quanto, nas práticas escravistas ocorridas no Brasil, houve possibilidades de aproximação e distanciamento entre senhores e escravos. Mostrou- nos, pois, que as relações sociais são mais complexas do que o ponto de vista normativo apresenta.[34]

Contudo, é necessário frisar que a obra de Freyre está profundamente ligada ao seu próprio tempo, inserida em uma concepção regionalista que tratava de especificidades próprias de seu contexto rural e canavieiro. Precisamos reconhecer as críticas direcionadas a obra, que dizem respeito ao fato de que na tentativa de glorificar a mestiçagem, aspecto considerado negativo sobre a sociedade brasileira, o autor acabou adotando um discurso de harmonia exacerbada entre as três etnias:

> Desde logo a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos, talvez maior no Brasil do que em qualquer outra parte da América. A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parente pobres nas famílias europeias.[35]

Helena Bocayuva observa que para embasar o discurso de harmonia social, em muitos trechos o autor opta por um tom de "promiscuidade sexual", o que acabou por validar uma narrativa de brasileiros "hipersexualizados, incontidos, vorazes e cheios de volúpia"[36]

Devido a este teor relativista de defesa de uma pacificidade na convivência entre brancos, indígenas e negros, o autor acaba se tornando alvo de críticas contundentes até mesmo na atualidade, sendo associado à origem do chamado "mito da democracia racial". É importante frisar que essa associação se dá pelo fato de Freyre descrever a formação da sociedade brasileira como um processo de "harmoniosa" miscigenação, porém o termo é de Florestan Fernandes.

Posteriormente, liderados por Florestan Fernandes, a Escola Paulista de Sociologia, por volta dos anos 1950, defendia uma concepção sobre a escravidão de forma que divergia de Freyre, "com as análises de sociólogos como Florestan Fernandes (A integração do negro na sociedade de classes, 1964), Fernando Henrique Cardoso (Capitalismo e escravidão no

---

[34] PALERMO, Luis Claudio. Uma análise sobre aspectos da historiografia da escravidão brasileira pós-1980: permanências, mudanças e matizes no interior dessa tendência. In, CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 37, Jul-Dez, 2019, p. 218.
[35] FREYRE, op.cit., p. 406.
[36] BOCAYUVA, Helena. Erotismo à brasileira: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 39.

Brasil meridional, 1962) e Otávio Ianni (Escravidão e racismo, 1978) e de alguns historiadores, como Clóvis Moura (Rebeliões da senzala, 1958), Emília Viotti da Costa (Da senzala à colônia, 1966) e Jacob Gorender (O escravismo colonial, 1978)"[37]. Conforme exposto por Palermo[38], a fundamentação teórica dos paulistas baseava-se em uma vertente marxista, onde o foco era a análise econômica, e procurava enquadrar a escravidão em análises mais amplas, de caráter global, por entender que a compreensão da temática ficaria reduzida se não discutida como base da formação da economia mundial.

Focando em um caráter de acumulação do capital, negava possibilidades de aproximação entre escravizados e senhores, criando, como evidenciado por Palermo,[39] ao citar Slenes "[...] um ambiente propício para colocações taxativas e igualmente desqualificadoras dos escravos (e de outros grupos populares) como agentes históricos (SLENES, 1999, p. 32). Essa perspectiva enfatizava a desumanização dos escravizados, sua coisificação e a negação de sua agência histórica. A violência era vista como o pilar da relação escravista, levando à negação de sua capacidade de resistir e transformar a sociedade.

> Apontam "a violência como vínculo básico da relação escravista". O cativo, legalmente equiparado a uma mercadoria, poderia – no dizer de Fernando Henrique Cardoso – chegar até a coisificação subjetiva, isto é, a "sua autoconcepção como negação da própria vontade de libertação; sua auto-representação como não homem".[40]

Decorrente desse ponto de vista unicamente coercitivo do sistema, negava-se qualquer ato de autonomia aos sujeitos escravizados, a única forma de resistência seria pela própria violência. Por esse viés haveria uma alienação total da subjetividade dos indivíduos que teriam adquirido um estado de "coisificação", onde seriam inertes e sem capacidade de participação ativa na sociedade. Ramos aponta que para esta vertente

> [...] os mecanismos essenciais de controle da mão de obra escrava eram coerção física e terrorização psicológica constantes; legalmente equiparados a mercadoria (coisificação objetiva), os próprios escravos muitas vezes acreditavam ser mercadorias (coisificação subjetiva).[41]

---

[37] RAMOS, Igor Guedes. As ressonâncias dos pensamentos de Edward P. Thompson e Michel Foucault na historiografia brasileira sobre a escravidão (1980-1990). Londrina: UEL,2011. p. 75.
[38] PALERMO, op. cit., 2019, p. 219.
[39] Idem.
[40] QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Escravidão negra em debate". In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 106.
[41] RAMOS, op. cit., 2011. p. 75.

A partir da década de 1980, essa da mudança de paradigma abriu novas possibilidades de se olhar para a escravidão, tendo como foco o resgate de práticas culturais, sociabilidades e formas de resistência, permitindo discussões mais complexas sobre o lugar social do sujeito escravizado, que passa do papel de mero objeto de estudo para um lugar de sujeito central das discussões. Surgindo então um confronto entre modelos interpretativos sobre a escravidão. “Em síntese, Silvia H. Lara explica que o debate girava em torno de: "se os escravos eram, afinal, 'coisas' ou sujeitos de sua própria história".[42] Essa nova vertente:

> Para os partidários das análises do "segundo momento" é um "neopatriarcalismo". Para outros intelectuais são as primeiras análises que escapam do determinismo econômico e consideram os escravos como "agentes da história", percebendo as relações entre senhor e escravo como um acordo tácito (des)obedecido por ambos ou como uma relação de forças.[43]

Este novo olhar sobre a temática, possibilitou, ao invés de analisar a escravidão apenas sob a ótica do sistema opressor, a busca pela compreensão de como esses indivíduos buscavam diferentes formas de resistência e a construção de uma vida possível com diferentes formas de liberdade, a partir deste novo paradigma o foco passa a ser no sujeito escravizado, em sua agência, formas de vida e de resistência.

Nessa nova corrente podemos destacar trabalhos que já vinham sendo produzidos nesta perspectiva, e outros que surgem com ela. Entre eles autores como Robert Wayne Andrew Slenes, Sidney Chalhoub, Silvia Hunold Lara, João José Reis, Kátia Mattoso e Hebe Mattos, entre tantos outros[44].

Essa mudança interpretativa pauta-se a partir de influências de expoentes da História Cultural. Igor Guedes Ramos, apresenta um panorama sobre as influências de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault na virada historiográfica brasileira sobre a escravidão. O texto discute como as reflexões do historiador britânico e do filósofo francês favoreceram o surgimento desse outro viés de interpretação do cenário escravista a partir dos anos 80, onde o lugar do escravizado adquire novos papéis nas obras historiográficas. “Nesse sentido, as obras de Thompson e Foucault têm o caráter de, por um lado, propor questões ou modelos interpretativos alternativos e, por outro lado, legitimar a "renovação" da produção historiográfica.” [45]

---

[42] Ibid., p. 76.
[43] Ibid., p. 76.
[44] FREIRE, Jonis *et al*. Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista. São Paulo: Alameda, 2014.
[45] Ibid., p. 74.

Os estudos de Michel Foucault foram pertinentes para esta nova perspectiva, por permitirem ultrapassar a mera análise da violência da escravidão – como a da submissão e controle dos corpos pelos "castigos exemplares" – se apropriando de conceitos como "saberes dominados", apresentando uma luta entre diferentes saberes, o do escravo e o do senhor: na relação senhor/escravo "criou-se um saber [escravo] que informava as ações de resistência diante da estrutura escravocrata", este seria um saber desqualificado que tem grande poder de corrosão e resistência em relação aos saberes e práticas dominantes.[46]

Outra concepção foucaultiana pertinente a esta nova vertente, é a questão das relações de poder como uma força relacional. Na definição do filósofo francês, o conceito poder se desvia da percepção tradicional de centralização, para ele, o poder é uma força complexa e multifacetada.

A imposição de poder infere uma relação de desigualdade, onde um extremo exerce o poder sobre o outro, entretanto, por ser dinâmico, esses pólos podem se inverter nas práticas cotidianas. O poder é exercido de diversas formas e em múltiplas esferas, desde interações sociais e institucionais, sendo emanado não somente do centro, ou Estado conforme o autor, mas também dos setores considerados periféricos. É um processo capaz de moldar crenças, discursos e comportamentos constitutivos da identidade de dada sociedade. Sendo assim, o poder não está concentrado em um único indivíduo ou instituição, mas distribuído por toda a sociedade, sendo dinâmico e não estático.

Ao pensarmos no poder como uma força que pode ser emanada por todos os indivíduos que compartilham um dado corpo social, podemos explorar diferentes formas de exercício de poder, inclusive de uma camada social considerada periférica. A partir disso é possível entendermos a agência dos sujeitos sendo exercida por mecanismos diversos, que transcendem a noção de resistência somente pela violência.

> Em primeiro lugar: não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes. Trata- se, ao contrário, de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.[47]

---

[46] Ibid., p. 78.
[47] FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Trad. organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

O poder pode ser entendido como algo que não parte centro, mas que se espalha e se manifesta em várias camadas sociais. Ele não age apenas de forma repressiva, mas também como uma força que circula e pode ser usada de diferentes maneiras. Edward Palmer Thompson, historiador da década de 60, explorou a resistência cultural das camadas populares, mostrando como essas pessoas encontravam formas de contestar o poder dominante através de suas práticas diárias e culturais. A partir deste tipo de análise Thompson se consolidou como um dos expoentes da chamada História Cultural. Através de sua abordagem, buscou compreender as experiências de pessoas comuns ao longo do tempo, defendendo a "história vista de baixo", destacando a importância de considerar perspectivas que abordassem grupos marginalizados, questionando narrativas dominantes. Sua obra impacta a historiografia, um dos conceitos que emergem a partir de seu contexto é o estudo das subjetividades.

> É uma questão difícil; quando falamos em "imagística", entendemos muito mais que simples figuras de linguagem que "revestem" motivos ocultos. A imagística é, em si mesma, uma evidência de fortes motivações subjetivas, tão "reais" e eficazes quanto as objetivas, como vemos reiteradamente na história do puritanismo em sua ação histórica. É o sinal de como os homens sentiam e esperavam, amavam e odiavam, e como preservaram certos valores na própria textura de sua linguagem.[48]

Com a influência de expoentes da história cultural, houve a possibilidade e a emergência de uma historiografia que tratasse das questões das subjetividades. É a partir deste contexto que surge a história das sensibilidades como campo de pesquisa.

Entretanto, mesmo com essa renovação metodológica, e a influência da história cultural que começa a ganhar destaque no final da década de 1970, ainda percebemos um receio no que se diz respeito a conceitos voltados à subjetividade, sensibilidades e afetividades desses indivíduos. A consolidação deste campo historiográfico não foi linear, os primeiros trabalhos das décadas de 1980, ainda nas primeiras repercussões da história cultural, eram sutis na investigação das subjetividades, com apenas pequenas aparições sem ser o centro da análise.

Sandra Jatahy Pesavento destaca-se como uma das principais figuras responsáveis pela introdução e consolidação da história das sensibilidades no Brasil. Pesavento, até então pesquisadora ligada à história econômica, percebe na história cultural a possibilidade de acessar a complexidade das relações sociais estabelecidas na sociedade, limite que a historiografia econômica não permitia acesso. A história cultural mostrava receptividade a questões sobre emoções, sentimentos e experiências humanas.

---

[48] THOMPSON, op. cit., p. 50-51.

> Sandra Pesavento defendia, com habitual veemência, a sua escolha intelectual. Argumentava que a metodologia rígida da história econômica dificultava pensar a complexidade dos acontecimentos. O curso da vida era ambíguo e bem mais dinâmico e a história cultural mostrava-se receptiva à indagações.[49]

Pesavento, foi presença fundamental no processo de constituição da história cultural das sensibilidades. "O campo da história das sensibilidades foi, sem dúvida, uma de suas conquistas no Brasil." Em 2001, entrou para o grupo de pesquisa Histoire des sensibilites em Paris (Cerma/EHESS), sendo organizadora de vários encontros sobre a temática, unindo pesquisadores da América Latina, Brasil e Estados Unidos. [50]

A história das sensibilidades busca compreender como a sociedade constrói sensibilidades e como essas moldam as relações e a identidade de determinado grupo social. Ao nos debruçarmos sobre experiências subjetivas, podemos problematizar as relações e perceber como determinadas ações são compreendidas pelo indivíduo e pela comunidade onde está inserido. "A busca de outro tempo e de um outro no tempo é uma das questões centrais da história das sensibilidades".[51]

Nesta perspectiva, Sandra Jatahy Pesavento defende o estudo das subjetividades como ofício dos historiadores:

> As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo, indo da percepção individual à sensibilidade partilhada. A rigor, a preocupação com as sensibilidades da História Cultural trouxe para os domínios de Clio a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que esta tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de uma determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos.[52]

As relações de sensibilidades são determinadas pelo fato de um indivíduo poder acessar o corpo social e ser acessado por ele, olhar para essas relações subjetivas permite interpretar as convicções e as rupturas de determinado contexto. "Cabe ao historiador perceber não apenas as lógicas de sentido forjadas pelos indivíduos em suas vidas, mas também as descontinuidades, lacunas e silêncios."[53]

---

[49] VELLOSO, Monica Pimenta. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais: Julho/ Agosto/ Setembro de 2009, p. 6.
[50] Ibid., p. 7.
[51] Ibid., p. 8
[52] PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
[53] VELLOSO, op. cit., p. 10.

As pesquisas sobre sensibilidade possibilitam uma problematização das relações, revelando a multiplicidade de formas pelas quais as afetividades se expressam. Concebemos aqui a afetividade como possibilidade de constituir-se enquanto sujeito, nesse sentido, é um elemento crucial para a construção da subjetividade, da identidade e dos modos de se posicionar no corpo social. Ser agente em determinado contexto pressupõe a capacidade de afetar o meio, e ser afetado por ele, é ser parte de uma rede de relações que se influenciam mutuamente. Dessa forma, as relações afetivas emergem como balizas para a compreensão das dinâmicas sociais de uma determinada época. "Afeto: adesão por outrem; estado moral (bom ou mau); disposição de alma; agrado e desagrado; emoção (amizade, amor, ira, paixão)."[54]

É sempre importante pensarmos que o afeto também significa ser afetado, no sentido de ser sensibilizado, tocado, e por conseguinte transformado "o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos."[55]

A interdisciplinaridade é uma ferramenta elementar para a problematização do conceito de afeto. Ao dialogar com a filosofia, antropologia e psicologia a história amplia seu campo de investigação, possibilitando uma análise mais profunda das fontes. [56]

Com base nisso, procuramos nos amparar nas discussões do psicanalista Corrêa, que define o afeto em uma concepção bastante ampla, envolvendo a História, a Filosofia, e a Psicanálise. "Na verdade, é como Lacan ensinou em 1962. O afeto está sempre ligado àquilo que nos constitui como sujeitos desejantes em nossa relação com o outro semelhante, com o grande Outro, como lugar do significante e da representação do objeto"[57].

Além da contribuição de Thompson e Foucault para a consolidação dos estudos das subjetividades, autores como Jean Delumeau (1989) e Peter Gay (1988, 1990, 1995, 1999, 2001) contribuíram para a consolidação do campo historiográfico das sensibilidades. Delumeau, em sua obra "História do medo no Ocidente"(1978) abordou como o medo se manifestou em diferentes contextos, apontando permanências e rupturas na maneira de ser expressado. Gay, por sua vez, ao investigar a experiência burguesa, explorou a relação das emoções com a construção de uma identidade social. [58]

---

[54] CORRÊA,op. cit., p. 61.
[55] BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *In*: Revista brasileira de educação, 2002, p. 19.
[56] VELLOSO, op. cit., p. 6.
[57] CORRÊA, op. cit., p. 66.
[58] DA SILVA, Raniery Bezerra; DE MENESES, Joedna Reis. O tema das sensibilidades na produção

No Brasil, além de Pesavento, Mary Del Priore, Durval Muniz de Albuquerque Junior, Antonio Paulo Rezende e Margareth Rago também se debruçaram nos estudos das sensibilidades, obtendo significativa contribuição para a consolidação desse campo de estudos.[59]

Entendemos, a partir disso, que o estudo das subjetividades transcende o mero sentimentalismo, por meio da investigação das relações humanas é possível acessar uma série de convicções acerca do contexto social onde os indivíduos estão inseridos.

> Spinoza, ao tratar de uma questão anteriormente polemizada sobre a ação da afeição, nomeia seus subprodutos indispensáveis: o agente e o paciente. É essa terminologia que ele usa para definir o que chama de affectus e que nós chamamos de emoções e sentimentos. [60]

Isto tem implicação direta em nossa pesquisa na medida em que, ao analisarmos relações em um contexto escravista, precisamos defender que o sujeito escravizado, ao contrário do proposto pelos sociólogos paulistas da década de 1960, liderados por Florestan, não tem sua subjetividade alienada. Pelo contrário, são sujeitos que afetam e são afetados, sendo que este movimento se dá de forma relacional, tanto para afetividades quanto para disputa de poder.

> De fato, as relações de poder são relações de força, enfrentamentos, portanto, sempre reversíveis. Não há relações de poder que sejam completamente triunfantes e cuja dominação seja incontornável. Com frequência se disse – os críticos me dirigiam esta censura – que para mim, ao colocar o poder em toda parte, excluo qualquer possibilidade de resistência. Mas é ao contrário! Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força.[61]

Ao nos apropriarmos deste conceito para análise em contextos escravistas, podemos aferir que mesmo em um sistema pretensamente coercitivo, as relações se concebiam de forma complexa, onde a realidade era modificada por agentes, cada qual detentor de poder, seja de forma hegemônica ou não. Sendo assim, entendemos que a resistência à escravidão se dava de diferentes formas, sendo expressada em movimentos maiores como fugas e rebeliões,

---

historiográfica contemporânea. *In*: VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar, Teresina, 2012, p. 4.

[59] SILVA, Raniery Bezerra da; MENESES, Joedna Reis de. História e sensibilidades: uma análise da produção historiográfica sobre os afetos na contemporaneidade (1990-2007). *In*: Anais [...]. Campina Grande - PB, 2009, p. 4.

[60] CORRÊA, op. cit., p. 62.

[61] FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Trad. Raquel Ramalhete. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010, p. 232.

mas também em forma de micro resistências, na vivência cotidiana de expressão de subjetividades se opondo a suposta coisificação do escravizado.

> Contemporânea ao próprio nascimento da psicanálise, a questão do estudo do afeto surge em uma rede intrincada com outros conceitos, especialmente a pulsão e a angústia. Entendido como um estado emocional, inclui toda a gama de sentimentos humanos, do mais agradável ao mais insuportável, manifestado de forma violenta, física ou psíquica, de modo imediato ou adiado.[62]

A sociedade se caracteriza por uma constante capacidade de questionar, analisar e reinterpretar criticamente os próprios padrões, valores, crenças e normas através da interação entre os indivíduos e da análise crítica dos padrões existentes.

> A sociedade, portanto, cria seus padrões e regras de comportamento de acordo com as necessidades existentes. É no coletivo que categorias como "ser" e "ambiente", "cultura" e "natureza" vão se automoldando e introduzindo no mundo um grau de autorreflexividade constante e mutável. Consequentemente é preciso pensar em como essa coletividade forja suas relações e se organiza de acordo com as conexões que colocam em prática; como os diferentes sujeitos sociais criam esquemas de percepção e de apreciação, constituindo as representações daquilo que poderá ser, ou não, chamado de "cultura";[63]

A condição humana é moldada por fatores privados e também coletivos, sua compreensão só é possível por meio da análise dessas duas esferas, pensando nas práticas cotidianas do indivíduo necessariamente inseridas no contexto mais amplo das relações com a sociedade.

A articulação entre a historiografia da escravidão e a historiografia das sensibilidades, com o objetivo de compreender as experiências subjetivas das relações sociais construídas em um contexto escravista, já foi explorada em outras pesquisas historiográficas. Um exemplo deste movimento é o trabalho de Santos[64], que mergulha nas relações entre senhores e escravizados no Maranhão do século XVIII, a partir de análises de documentos como testamentos, processos crimes que denunciavam concubinatos e processos de divórcio. A autora argumenta que as relações extrapolavam a mera coerção e violência, apresentando laços complexos marcados por afetividades, negociações e subversão da ordem social. O trabalho busca desconstruir estereótipos de cativos submissos, em especial as mulheres escravizadas que emergem como agentes que vivem suas próprias experiências e constroem estratégias de manipulação. A autora destaca a presença de relações afetivas na dinâmica

[62] CORRÊA,op. cit., p. 63.
[63] SANTOS, op. cit., p. 36.
[64] SANTOS, op. cit.

escravista, apresentando emoções como o amor, ciúmes, amizades que se faziam presentes, desafiando o discurso que reduz as relações em mera exploração econômica. Autores como Michel Foucault e Sandra Pesavento amparam a pesquisa.

Outro trabalho que também articula a historiografia da escravidão com o conceito de afetividades é o de Angelo[65]. Orientado por Eduardo França Paiva, o estudo busca compreender como as relações afetivas estabelecidas entre indivíduos de diversas origens sociais, da Comarca do Rio das Velhas (1716 – 1780), moldaram a formação das famílias e contribuíram para a construção de uma identidade mestiça para o contexto. As principais fontes utilizadas foram testamentos do século XVIII, que permitiram analisar sentimentos como amor, respeito e lealdade, desvendando a complexidade das relações entre senhores, escravizados e pessoas livres da sociedade mineradora, e como estas contribuíram para a constituição das famílias, relações de sociabilidade e para a conformação do universo cultural mestiço da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII.

A partir desses trabalhos, a historiografia das sensibilidades acessamos uma ferramenta eficaz para explorar as complexidades das relações sociais em contextos escravistas. Ao integrar a história cultural, que enfatiza a agência dos escravizados, com os estudos das sensibilidades, que aprofundam o entendimento das subjetividades, a historiografia consegue revelar as dinâmicas humanas presentes neste cenário. Ao evidenciar a agência dos escravizados, é possível demonstrar que, mesmo submetidos à escravidão, eles preservaram suas subjetividades e resistências.

Assim sendo, essa abordagem se mostra promissora para entender a complexidade das relações vivenciadas na Comarca de Castro do século XIX. Entretanto, é essencial ir além da simples demonstração de sua subjetividade. Deve-se explorar como as ações subjetivas - esfera do privado - moldam e são moldadas pelo meio social - esfera pública - através das práticas do cotidiano, entendido como a ruptura do ordinário. Michel de Certeau, afirma que:

> [...] as experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo. Com isto, será preciso igualmente uma “maneira de caminhar”, que pertence, aliás, às “maneiras de fazer” de que aqui se trata. Para ler e escrever a cultura ordinária, é mister reaprender operações comuns e fazer da análise uma variante de seu objeto. [66]

[65] ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. “Pelo muito amor que lhe tenho”: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1716-1780). 2013.
[66] CERTEAU, 2014, op.cit., p. 35.

O caso do Tenente Fogaça, que aflora das documentações cartoriais, pode expressar essa dinâmica, pois a partir do momento em que rompe com o comum, ou ordinário, esse fato que nasce no privado age diretamente no âmbito público. E as reações subjetivas expressas nas fontes - a postura dos escravizados que gerou estranhamento em Saint-Hilaire, o discurso do tenente Fogaça ao defender os pretos Euzébio e Francisco acusados por João Sutil do Rosário de serem “ladrões costumazes”, os discursos indignados das testemunhas no tribunal ao se referir aos escravizados, a própria ação de Fogaça de nomear os 29 escravizados um a um em seu testamento - podem demonstrar as convicções da sociedade e como essa ordem social foi contestada por meio das relações afetivas.

2. CAPÍTULO – CASTRO NO SÉCULO XIX: RELAÇÕES DE PODER E SUBJETIVIDADES NA SOCIEDADE CASTRENSE

A economia do Brasil, durante séculos, foi baseada em suprir demandas externas. A busca da Europa por açúcar instigou a criação de extensos canaviais, afetando a paisagem e o modo de vida desde o período colonial. Com o início da exploração do ouro em Minas Gerais, iniciou-se um novo ciclo, que acabou por desenvolver vilas e cidades, mas também intensificou a exploração de mão de obra escravizada. A crescente procura por café no século XIX, sobretudo da Inglaterra, fomentou a expansão da cafeicultura para o interior do país. Estes ciclos econômicos brasileiros — açúcar, mineração e café — se constituíram sempre às custas da exploração do trabalho compulsório de milhões de africanos.[67]

O cenário interno do país não era diferente, as necessidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, determinavam a economia dos demais estados. A economia do Paraná se caracterizava como periférica, principalmente nos séculos XVII, XVIII e XIX, suprindo as demandas das "metrópoles" brasileiras. A ocupação do território paranaense se dá com a descoberta de ouro em Paranaguá, onde homens de São Paulo e Rio de Janeiro iniciam o primeiro núcleo, no período de 1646 e 1649, que originaria na Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. A partir disso, outras áreas para além do litoral passam a ser ocupadas, se expandindo também ao planalto na região de Curitiba, dando origem a novos núcleos que se estabeleceram não apenas pela exploração aurífera, mas com a relação da atividade mineradora e a pecuária. O planalto curitibano obteve maior rentabilidade, apresentando famílias mais abastadas em comparação ao litoral, que vivia em situação precária "de penúria e pobreza". A mineração de ambas as regiões tinha como base o trabalho escravo, inicialmente com a exploração da mão de obra indígena, devido a impossibilidade financeira para importação de escravos africanos, que foram introduzidos posteriormente nas fases mais produtivas das faisqueiras e lavras do Paraná.[68]

Com o início da exploração das Minas Gerais, a atividade mineradora no Paraná diminui e volta-se para agricultura e para pecuária, a fim de abastecer as novas áreas de mineração e da própria população regional. Gradativamente a agricultura, a pecuária e o

[67] HARTUNG, Miriam. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. Topoi (Rio de Janeiro) , v. 10, pág. 143-191, 2005, p. 144.
[68] HARTUNG, op.cit., p. 144-145.

tropeirismo passam a ser o centro da economia paranaense. Com isso, os Campos Gerais, que até o século XVII era considerada região periférica, passa a ser ponto de atenção devido às suas excelentes pastagens, sendo local central de criação de gado para alimentação e cavalos para montaria. Isso permaneceu até a abertura do caminho que ligava a região ao Rio Grande, entre 1728 e 1730, quando os gaúchos passaram a liderar a maioria dos gados que chegavam a São Paulo e Minas Gerais. [69]

Os Campos Gerais, durante o século XIX, especialmente a Comarca de Castro - constituída por Castro, Ponta Grossa, até 1864, Jaguariaíva, Piraí e Tibagi – se caracterizaram por uma economia agrária, baseada no tropeirismo. Era a região central para criação de gado, descanso e invernagem das tropas que transportavam gado do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba.[70]

A atividade do tropeirismo tem uma relação bastante direta com a escravidão da região, "as vilas mais escravistas eram as mais vinculadas ao mercado em virtude da pecuária"[71]. A maior população escrava da Província estava nos Campos Gerais, sendo 37% dos escravos paranaenses. Essa predominância permaneceu até a última década da escravidão, mesmo se comparada com a região da capital. [72]

Martins afirma que em 1836, período em que o tropeirismo já havia sido consolidado, a região atingiu a sua maior proporção da presença escrava – "Para uma população de 10.857 pessoas a presença escrava correspondia a 27,5%, totalizando 2.986 escravos." – além disso destaca o trabalho de Westphalen que ao analisar a presença negra e parda da população livre conclui que "nos trabalhos dos sítios ou fazendas, ou tropeando os muares do Sul, os africanos e seus descendentes estiveram presentes." Martins[73] evidencia ainda os números relativos à Província do Paraná, sendo que em Ponta Grossa, no ano de 1854, "[...] dos 1.144 não-brancos arrolados, 1.059 são escravos" essa concentração totalizava 92,57%[74].

Uma singularidade da demografia do Paraná é o caráter de crescimento endógeno, onde a manutenção da escravidão se dava majoritariamente pelo nascimento de filhos de escravizados, diferentemente de regiões como o Rio de Janeiro, abastecidos principalmente pelo tráfico transatlântico. No século XIX, os índices eram de 70% de crioulos (nascidos no

[69] MARTINS, op. cit., p. 48.
[70] Ibid., p. 27.
[71]GUTIÉRREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e tradições nas primeiras décadas do século XIX. História (São Paulo), v. 25, p. 100-122, 2006, p. 102;
[72] MARTINS, op. cit., p. 62.
[73] Martins apresenta Tabela com dados retirados do Relatório de Zacarias de Góes e Vasconcellos para o ano de 1854.
[74] Ibid, p. 58.

Brasil) para 30% de negros africanos, a população cativa de Castro era de seis crioulos (nascidos no Brasil) para cada africano.[75]

A atividade pecuária, se comparada com a canavieira ou mineração, não exige um grande contingente de escravizados, entretanto, independentemente disso, o trabalho escravo teve papel crucial na formação econômica do Paraná e dos Campos Gerais. O percentual relativamente baixo da composição de cativos na demografia do Paraná, não extingue o fato de que se tratava de uma sociedade escravista. Gutiérrez aponta a correlação entre a escravidão, a propriedade e os usos da terra, salientando que a presença do trabalho escravo no Paraná provocou "diferenciações contundentes na produção, acumulação, disponibilidade de crédito, domínio da terra, criação de gado, segmentação social e acesso ao poder." Para o autor, se tratava de uma sociedade altamente estratificada, onde o escravo era elemento central na dinâmica econômica. [76]

Neste cenário, de um regime hierarquizado e com uma dinâmica que se baseava na exploração dos cativos, é que se localiza a Fazenda Vilella, cujo proprietário era Antonio Fogaça de Souza. A fazenda já havia sido mencionada na obra de Saint-Hilaire, o viajante francês faz referência a uma passagem na propriedade em 1820, destacando os escravos corteses pelos quais foi recebido, o suposto "contentamento que traziam estampado na face" o fez tomá-los inicialmente por homens livres, "mas tratava-se de escravos, que me fizeram os maiores elogios ao seu amo".[77]

Essa passagem é um dos primeiros indícios que emergem sobre a relação que se estabelecia entre Fogaça e os escravizados, sendo necessário, no entanto, observar o fato de que se trata de um discurso que parte de um olhar euro centrado. O viajante ao analisar o contexto, embora intencione fazê-lo de forma objetiva, carrega um discurso enraizado em sua própria cultura.

> Saint-Hilaire escreve principalmente para o leitor europeu. Trabalha, em inúmeros trechos de suas narrativas, com noções comparativas como "o nosso" (europeu) e o "deles" (brasileiro). O que é "deles", nos relatos de Saint-Hilaire, é atrasado e não-civilizado por não possuir o vigor e a competência do europeu e por utilizar outros meios para garantir a sobrevivência, se relacionar, construir valores, viver quotidianamente.[78]

---

[75] Ibid., p. 62.
[76] GUTIÉRREZ , op. cit., p. 120.
[77] SAINT-HILAIRE, op. cit,. p. 56.
[78] PEREIRA, Marco Aurelio Monteiro. O paraíso terrestre no Brasil; Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire. Revista de História Regional, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, 2007, p. 50.

O olhar de Saint-Hilaire, como o de qualquer outro observador, parte de suas experiências e expectativas, mas pelo seu discurso podemos inferir questões que nos levam a refletir sobre a complexidade das relações presenciadas por ele. Ao afirmar que encontrou um nos escravizados um “contentamento que traziam estampado na face”[79] ou então “Se muitas vezes os negros têm um ar melancólico, sofredor e estúpido, e se chegam mesmo a se mostrar desonestos e imprudentes, é porque são maltratados.”[80] O viajante busca justificar essas possíveis desonestidades e imprudências pelos maus tratos. Mas, para além disso, podemos inferir destes discursos que os escravizados expressam sua subjetividade. Seja em forma de “contentamento” ou mesmo através do sofrimento. Ao experimentarem emoções como contentamento, melancolia e sofrimento, e ao tomarem decisões que podem ser consideradas "desonestas"[81] ou "imprudentes", os escravizados demonstram sua capacidade de sentir, pensar e agir, o que contesta narrativas que afirmam a alienação da subjetividade, destes sujeitos.

Antonio Fogaça de Souza, natural da Ilha de Graciosa do reino de Portugal, filho legítimo de André Espindola da Veiga Cabral e de Dona Francisca Clara de Santo Antonio, chegou ao Brasil em 1794. Pode ser identificado como o típico “homem colonial” pela classificação de Alencastro, que define “homem ultramarino” enquanto aquele que “faz sua carreira no ultramar buscando lucros, recompensas e títulos desfrutáveis na corte". Já o homem colonial o que “circula em diversas regiões do Império, mas joga todas as suas fichas na promoção social e econômica acumulada numa determinada praça, num enclave colônia (...)”.[82]

Além de ser fazendeiro, exerceu vários cargos públicos e foi eleito juiz de paz em 25 de janeiro de 1829[83]. Se tratava de um dos homens mais ricos da província - monte-mor foi avaliado em 41:665$500[84]. Sua posição social era determinante no contexto:

> Sem dúvida, o juiz de paz e o bacharel em Direito, considerados magistrado e jurista, no período imperial e depois república (no século XIX), tinham grande reconhecimento social e poder. Buarque de Holanda (1995, p. 156-157) diz que o bacharelismo era considerado uma ponte para alcançar status e cargos importantes. [85]

[79] SAINT-HILAIRE, op. cit,. p. 57.
[80] Ibid.
[81] Ibid.
[82] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes: A formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 103.
[83] MARTINS, op. cit., p. 222.
[84]Ibid., p. 226.
[85] BODNAR, Roseli; DE MELO, Márcio de Araújo; DA SILVA BODNAR, Nivaldo Monteiro Camilo. A torre em concurso, de Joaquim Manuel de Macedo: Reflexões sobre a figura do juiz de paz e do advogado o século XIX. Multidebates, v. 7, n. 4, p. 257-269, 2023, p. 265.

A figura do juiz de paz detinha um poder simbólico na sociedade, transitava em diversos contextos e poderia determinar questões jurídicas, sociais, administrativas e políticas. "Assim, embora tivessem um discurso ideológico unívoco, em geral, legislavam em causa própria para a mantença de seu status quo dentro da comunidade."[86] Portanto, tenente Fogaça era figura determinante no contexto no qual estava inserido, e suas ações poderiam colocar em xeque as convicções da comunidade.

No desenrolar do processo, movido por Joaquim Anacleto da Fonseca, que propunha a interdição de Fogaça, o tenente contrata um advogado e consegue anular sua interdição. Em 20 de fevereiro de 1856, o Tenente chama um escrivão e testemunhas para ditar seu testamento, "não tendo casado e nem filhos, deixava como prova de gratidão, todos os bens aos seus escravos, a partir de então, seus herdeiros universais. Os mesmos ficavam obrigados a mandar dizer todos os anos uma capela de missas pela sua alma."[87] Liberta os escravizados e deixa a eles, como herança, a sua fortuna.

Para compreendermos um pouco melhor a representatividade desse caso e seus desdobramentos, analisamos um conjunto de 260 documentos, referentes à inventários e testamentos da Comarca de Castro que cobrem o período investigado.

É importante salientar a limitação das fontes, o grupo analisado refere-se a pessoas que tinham acesso ao ato de testar, o que não contempla todos os indivíduos da sociedade, tendendo a sub representar as camadas menos abastadas. No entanto, as fontes podem ser lidas na contramão do intuito em que foram produzidas, permitindo o acesso da realidade social estudada por meio das entrelinhas.

> Isto é, a maior parte das pessoas que faziam testamento era oriunda das camadas médias ou abastadas daquela sociedade. Claro que não é completamente impossível que as pessoas mais pobres fizessem testamento, mas é mais provável que essa camada esteja sub representada, em relação à sociedade como um todo, nesse tipo de documento. Ao utilizar esse documento, o historiador deve estar ciente de que os testamentos foram mais comuns entre aqueles que tinham recursos. Porém, em qualquer caso, isso não impede a utilização de tais documentos para a compreensão, não só da vida do morto como também de toda uma sociedade. [88]

Neste primeiro momento, fizemos uma análise serial dos dados coletados nos documentos cartoriais, a fim de demarcarmos o caso através da metodologia de micro análise,

---

[86] Ibid., p. 265.
[87] Inventário e Testamento do Tenente Antonio Fogaça de Souza. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Cível. 1856.
[88] ANGELO, op.cit.,, p. 37-39.

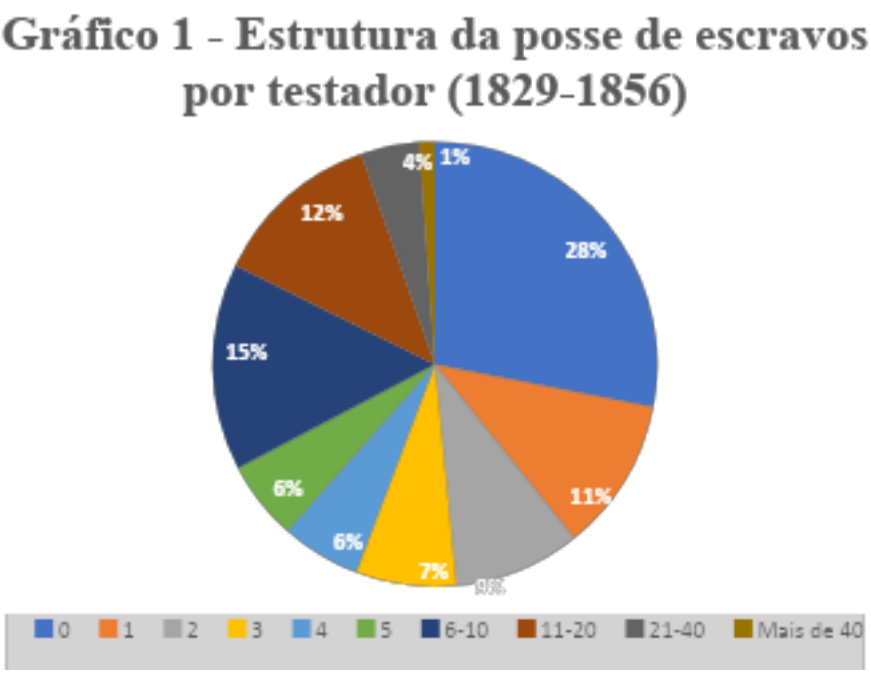
como um esforço para entendermos qual é a recorrência de casos como o de Fogaça e sua relevância no contexto. Farinatti[89] afirma que com a definição de séries a investigação parte de um "caráter massivo, homogêneo e reiterativo – mas que, ao mesmo tempo, podem ensejar análises de tipo relacional e micro-histórica, partindo da reconstrução de trajetórias individuais através de uma classificação nominal dos atores estudados."

Com base nisso, elaboramos uma planilha, com o propósito de investigarmos as seguintes categorias: monte mor do inventariado/ testador, número de escravizados citados como posse, concessão de alforria e nomeação de escravizados como herdeiros. Ao analisarmos a categoria "número de escravizados citados como posse", identificamos que do total de 260 documentos, 187 faziam referência à posse de escravizados, enquanto somente 73 não referenciavam nenhum cativo.

Para além deste dado inicial, pudemos fazer o levantamento da "Estrutura da posse de escravos por testador". Modelo de estrutura pela qual Angelo[90] analisou um conjunto de testamentos referentes à Comarca do Rio das Velhas, no século XVIII. Em sua análise, Angelo conclui que naquele contexto predominaram os pequenos proprietários de escravizados, que possuíam até 10 cativos em seu plantel, representando 53% do total analisado. Ao voltarmos o olhar para a comarca de Castro no contexto da primeira metade do século XIX, percebemos que o cenário é semelhante. Conforme apresentamos no gráfico 1 a seguir:

[89] FARINATTI, Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, v. 15, n. 28, 2009, p. 58.
[90] ANGELO, op.cit.,, p. 125.

Gráfico 1 - Estrutura da posse de escravos por testador (1829-1856)[91]



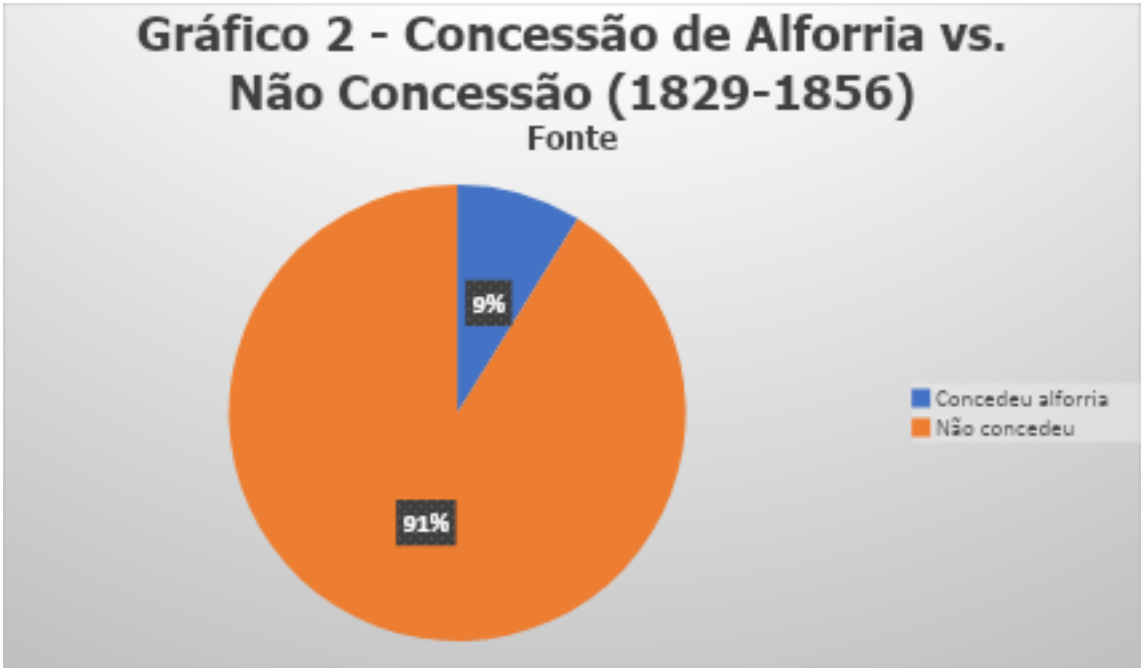
Podemos perceber, a partir do gráfico 1, que na Comarca de Castro predominaram os pequenos plantéis. Nesta análise, 54% dos testadores/ inventariados citaram até 10 escravizados. Sendo que, para essa amostra com 260 documentos, há 1498 cativos arrolados. Ao fazermos um cálculo simples de média, dividindo o número total de escravizados pelo número de inventariados/ testadores, chegamos a aproximadamente 5,76 escravos por senhor. Porém, esse número não expressa a realidade do contexto, visto que 73 documentos não citaram posse de escravizados. Nesse caso, dividindo os 1498 escravos pelos 187 inventariados/ testadores que citam escravos, encontra-se uma média de 8,01 escravos por senhor.

Apesar de predominarem os pequenos plantéis, é importante notar que a maioria dos escravizados estavam concentrados nas mãos de poucos senhores. Enquanto 555 cativos pertenciam a 141 proprietários, 943 estavam sob a posse de apenas 46 senhores. Entre estes, incluía-se o Tenente Fogaça, que cita a posse de 29 escravizados em seu testamento.

Agora, ao nos atermos à questão da concessão de alforrias, a análise serializada dos dados dos inventários e testamentos demonstrou que dos 260 documentos, apenas 23 indicam a concessão de alforria. Conforme demonstrado no gráfico 2:

[91] Conjunto de inventários e testamentos. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Civel. 1829 - 1856.

Gráfico 2 - Concessão de Alforria vs. Não Concessão (1829-1856)[92]



Contudo, é necessário apontarmos que essas alforrias referem-se apenas àqueles escravizados que foram alforriados no ato de lavrar o testamento. Não considerando as manumissões promovidas ao longo da vida do testador.

A partir da leitura do gráfico 2, notamos que apenas 9% dos inventariados/ testadores da comarca de Castro, no período analisado, optaram pela concessão de alforria a seus escravizados. Fato que pode ser sintomático de uma sociedade que almejava a manutenção de um status quo, e a partir dessa reflexão podemos entender como o ato promovido por Fogaça foge do padrão naturalizado.

Se o ato de conceder alforria, na Comarca de Castro, já foge do padrão mantido no decorrer dos 27 anos analisados, a nomeação de escravizados como herdeiros é ainda mais rara. Poderíamos presumir a ação de Fogaça como um caso isolado, porém mesmo sendo atípico, da amostra de 260 documentos, 5 deixaram heranças para seus escravizados. Essa incidência, mesmo que sucinta, não é irrelevante, pois refuta o caráter extraordinário da ação, demonstrando a complexidade destas relações, que por vezes é encarada como contraditória.

Ao analisarmos os casos em que escravizados foram beneficiários de heranças, percebemos que, em sua maioria, ocorreram em contextos de propriedades com plantéis

[92] Ibid.

reduzidos, tal como se observa também na concessão de alforrias. Essa característica pode estar relacionada à maior proximidade e intensidade nas relações estabelecidas entre escravizados e senhores nessas situações, onde, devido ao menor número de pessoas envolvidas, é mais provável o desenvolvimento de vínculos interpessoais. Esse ambiente possibilita um convívio mais estreito e prolongado, favorecendo a construção de relações de afetividade.

Fazendo alusão à Farinatti, no que diz respeito da necessidade de extrapolar o mero levantamento quantitativo nas análises seriais, buscando a reconstrução de trajetórias individuais,[93] atribuindo nomes aos números levantados, partimos para a análise qualitativa dos casos de nomeação de escravizados como herdeiros.

Iniciaremos a análise com uma breve apresentação de três casos em que os escravizados não foram nomeados como herdeiros universais, porém receberam uma quantia em dinheiro ou outros bens. Como foi o caso do testamento de Ana Theodora de Oliveira, datado de 1839, que concedeu a alforria para "Francisca mulher do Delfino", além de deixar "duzentos mil réis em dinheiro e os escravos Manoel Cabinda e Virginia para se servir com eles, com a condição de não poder em tempo algum dispor deles"[94]. Outro caso trata-se do testamento de Dona Felizarda de Mello Rego, datado de 1853, pelo qual liberta Manoel "pelos bons serviços que me tem dado bem como seis vacas com crias, duas éguas e dois cavalos e minha afilhada Candida lhe dará um lugar para ele fazer sua casa e quintal e trabalhará nos matos da Enxovia de minha afilhada."[95] Mais um caso aparece no testamento de Dona Delfina de Almeida, datado de 1854, que ao declarar nunca ter sido casada e nem ter tido filhos, nomeia Felix, agora forro, como um de seus herdeiros. "Declaro que deixo forro por minha morte a meu escravo Felix. Declaro que todos os mais bens serão repartidos com igualdade por meus irmãos e irmãs. Declaro que de minha terça se tirará cinco vacas e cinco éguas e se dará a meu escravo Felix."

É evidente que a alforria, e nestes casos a herança representava um marco na vida dos cativos. Entretanto, nem sempre significava uma ruptura na relação entre senhor e escravizado, como demonstrado nos dois primeiros casos. O fato de Ana Theodora de Oliveira (1839), ao conceder para "Francisca mulher do Delfino" sua alforria e o direito de se servir de outros dois escravizados, sob a restrição de não dispor deles, pode nos dar pistas sobre o dinamismo dessas relações. Ao mesmo tempo em que a liberdade e a garantia de bens

[93] FARINATTI, op. cit., p. 58.
[94] Testamento do Tenente Antonio Fogaça de Souza. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Civel. 1856.
[95] Ibid.

materiais, podem apontar para uma relação afetiva, percebemos que mesmo nas últimas vontades da senhora, o jogo de poder estava posto. Além disso, percebemos que esta relação de afetividade estabelecida entre essas duas sujeitas não rompe com o ideário escravocrata de forma concreta, Francisca recebe alforria ao mesmo tempo que recebe a incumbência de ter escravos sem ter a possibilidade de libertá-los, de certa maneira o jugo da escravidão continuaria em sua vida. No segundo caso, Dona Felizarda de Mello Rego (1853), ao conceder à Manoel sua alforria, acompanhada de bens materiais e a garantia de um espaço para construir sua casa, com o compromisso de trabalhar nas terras da afilhada da testadora, também sugere uma relação de não ruptura total com a família. Entretanto, isso não significa que Francisca e Manoel não expressavam seu poder, pois tendo em vista a atitude de suas senhoras, possivelmente houve no dia a dia o estabelecimento de uma afetividade mútua, que tipo de afetividade não podemos afirmar, porém a garantia de suas formas de liberdade foi acessada. Notamos aqui a relação dinâmica desse poder que permeia o cotidiano, referenciando Foucault[96] conforme discutido anteriormente.

No testamento de Dona Delfina de Almeida (1859), Felix, ao ser libertado, recebe cinco vacas e cinco éguas. O fato de Delfina nunca ter tido filhos e nomear Felix como beneficiário de parte de sua "terça" pode demonstrar que, apesar de não ser o herdeiro universal, ele ocupava uma posição especial dentro de sua casa. A atitude de Dona Delfina pode sugerir uma tentativa de garantir a Felix uma forma de sustento após sua morte. O fato de que os bens deixados foram animais, pode reafirmar a importância que a testadora dava a esta relação, visto que a posse de animais era vista com grande prestígio no contexto. Conforme afirma Hartung.[97]

> [...] outros bens portadores de significativo valor social naquela região: campos e animais, depois do bem maior, o próprio escravo. Nos Campos Gerais, os animais, tanto quanto as atividades a eles relacionadas, traduziam a "paixão dominante" eram "a mais bela e nobre das atividades", a segunda "natureza" e a outra "metade" do homem, em contra posição à agricultura, atividade "repugnante".[98]

Pelos exemplos até aqui explorados podemos enxergar os sujeitos, sejam eles livres, libertos ou cativos, como protagonistas de suas vidas, encarregados de suas relações, seus conflitos e alianças, buscando nesta relação com o outro uma maneira de existir.

---

[96] FOUCAULT, op. cit.
[97] HARTUNG, op. cit.
[98] HARTUNG, op. cit., p. 174.

> Nas relações afetivas sempre há o reconhecimento do outro. Desse modo, os escravizados que participavam dessas teias afetivas – benéficas e/ou maléficas, produzindo paixões alegres e/ou paixões tristes - não eram vistos como meras mercadorias, tão pouco os senhores seriam simples escravistas, ambos eram agentes dinâmicos e cotidianos na sociedade em que se inseriam.[99]

Antes de focarmos no caso de Fogaça, episódio pelo qual essa pesquisa iniciou, vale passarmos por uma análise um pouco mais atenta do quarto caso, extraído do inventário e testamento referentes à João Evangelista Souza Castro, datados de 1837.

> Declaro que sou casado uma vez na Europa com Dona Luiza Clara de Meirelles e Sá Souto Maior, filha legítima de Antonio José de Meirelles e Sá Souto Maior e de Dona Maria Josefa de Sampaio Machado todos da freguesia de São Mamede do termo da Vila de Barulhos do Arcebispado de Braga de cujo matrimônio tive um filho de nome João Evangelista Pereira de Figueira, cujo é o meu herdeiro. Declaro que sou muito pobre e que nada possuo senão uma chácara muito mal principiada e que desta e dos meus trastes se a de tirar o que devo, e o restante que sobrar deixo a uma forra chamada Thereza de Jesus em pagamento do muito que me tem servido. Declaro que deixo forro Manoel de nação e lhe recomendo que viva com fidelidade na chácara servindo-se de alguma coisa dela em agradecimento ao bem que me tem servido, e por falecimento dele fica pertencendo tudo a dita Thereza...”[100]

O testador declara ter vindo de Portugal, e mesmo que este tenha sido casado e tido filho, aparentemente não tem uma convivência próxima ao herdeiro, visto que declara ter casado “uma vez na Europa” com sua mãe. A falta de vínculos familiares próximos, pode ser um fator motivacional para o estabelecimento de um vínculo afetivo entre João e seus herdeiros. Essa aparente solidão por parte de portugueses imigrantes é tratada por Angelo, ao analisar o contexto mineiro.

> A título de uma primeira conclusão, mesmo que a amostra apresente limitações, pode se perceber que homens e mulheres oriundos de várias partes do Império Português, muitas vezes sem família e sem a segurança do lar, marcados pela saudade de seus entes querido e pela distância de sua terra, quando se estabeleceram em Minas, buscaram conforto afetivo nas pessoas que estavam mais próximas[101].

A escolha de João Evangelista em deixar os bens restantes para Thereza e Manoel, pode apontar uma ligação pessoal significativa entre o testador e esses dois indivíduos. Infelizmente, pouco sabemos sobre Thereza de Jesus e Manoel, a documentação não informa detalhes de suas identidades, os não ditos são muitos. A referência a um terceiro escravizado arrolado no inventário, Simão, pode revelar aspectos que refutaria o discurso de benevolência

---

[99] SANTOS, op. cit., p. 32.
[100] Testamento de João Evangelista Souza Castro. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Cível. 1856.
[101] ANGELO, op. Cit., p. 121.

do senhor por busca da salvação de sua alma, já que se esta fosse a realidade, provavelmente os três seriam libertos. Esse fato revela uma escolha feita por João, não há como afirmar qual a intenção do senhor, entretanto, podemos inferir o estabelecimento de uma relação de afetividade neste caso.

A comparação entre Thereza e Manoel com Simão, é crucial para entendermos essa diferenciação. Simão é arrolado como uma propriedade no inventário analisado, apesar de ser descrito como "muito doentio", o que pode indicar que sua condição física o tornava menos valioso aos olhos de João Evangelista. A ausência de liberdade ou de qualquer tipo de herança para Simão, enquanto Manoel e Thereza são nomeados herdeiros, destaca que o tratamento dispensado a eles é diferenciado.

A herança deixada a Thereza como um sinal de gratidão pelos serviços prestados ao longo do tempo, sugere que ela teve um papel importante na vida do testador, além de uma simples posição servil, especialmente porque mesmo já tendo garantido sua liberdade, o vínculo se mantinha. O fato de Manoel, também receber uma recomendação explícita para continuar vivendo na chácara, sem ser considerado uma propriedade, mas sim uma pessoa digna de liberdade e de usufruto, reforça essa hipótese. Embora as razões exatas para essas escolhas não estejam explicitadas no testamento, a interpretação dos indícios sugere que essas relações extrapolam a lógica do sistema que expropriava as sensibilidades dos sujeitos negros cativos ou libertos.

A frase final do testamento, que indica que após o falecimento de Manoel os bens da chácara passariam para Thereza, pode ser interpretada como uma estratégia para garantir que ambos, Thereza e Manoel, estivessem de certa forma conectados na herança, e que sua relação com João Evangelista era interdependente. Mesmo na morte, o vínculo social entre os três persiste, sugerindo que o testador viu nesses dois indivíduos pessoas de confiança e importância emocional, ao ponto de garantir-lhes não apenas a liberdade, mas também a possibilidade de construir uma melhor condição de vida.

Agora, atentando mais sobre as relações entre o Tenente Fogaça e seus escravizados, iniciaremos com um trecho de seu testamento:

> Declarou que hera catholico apostolico romano em cuja crença tem vivido e pretende morrer. Que he natural da Ilha da Graciosa do Reino de Portugal baptisado na Villa de Santa Cruz da mesma Comarca e pertencia a huma das principais famillias, filho legítimo de Andre Espindola da Veiga Cabral e de sua mulher Dona Francisca Clara de Santo Antonio os quaes já falecerão os quaes já falecerão e por isso nem hum outro acendente lhe resta. Que não esta certo de sua idade, mas supõem ter oitenta e seis anos mais ou menos. Que athe hoje se conservou solteiro. Que veio para o Brasil no ano de mil sete centos e noventa e quatro então dominio

> Portugues e depois Imperio independente a cuja independencia aderio e como tal exerceo cargos publicos. Que não tendo filhos ou outro algum decendente fica lhe livre as disposições de todos os seus bens.[102]

Fogaça, se declara natural de Portugal, assim como João Evangelista. Embora não seja possível atestar de forma concreta, podemos trabalhar na esfera do provável, essa aparente falta de vínculos de Fogaça pode ser um indício para a compreensão da relação que estabelecia com seus escravizados. Relação essa que, entre uma sucessão de acontecimentos que contestavam a ordem social esperada, os quais trabalharemos posteriormente, culminou na seguinte ação:

> e por isso em prova de gratidão e reconhecimento pelos bons servissos que tem recebido de todos os seus escravos e libertos que foram seus escravos e que vivem em sua companhia os instituia seus universaes herdeiros para que depois de sua morte gosem com igualdade de todos os seus bens como se os próprios, cujos herdeiros instituidos são os seguintes = Genoveva casada com Candido José Antonio, seu filho José da Cruz, filhas Maria, Ana, Ignacia seus nettos Manoel Francisco, Izabel, Coleta, Maria, Ana, Joaquim, Maria, Pacifico, Maria, Candido, digo Pacifico, Maria e Candido estes bisnetos, e bem assim Francisco, Manoel e Gaudencio tão bem netos e Euebio, todos estes já libertos em vida com as suas cartas de liberdades, bem como Bento criollo, Caetano, Pedro, João Congo digo João Candunbo de nasção Bengala, Ignacia cabra, 250 estes libertos condicionalmente e mais os escravos que por minha morte tão bem ficarão livres ficarão livres como se livres nascecem e são os seguintes = João Bengala, João Congo, Manoel de nassão, Silvério criollo, Joaquim mulato, Pedro Congo, Catharina de nassão e seus filhos Antonio e Manoel, Sebastião de nassão e Francisco criolo. Os quaes repito serão todos meus legitimos herdeiros com o único encargo de faserem diser todos os anos meia capela de missa pela alma delle testador de seus pais e de seus parentes.[103]

Fogaça não apenas liberta formalmente os escravizados no testamento, mas também lhes concede os mesmos direitos de herança que ele teria oferecido a um descendente biológico. A escolha dos herdeiros, longe de ser arbitrária, pode revelar um entrelaçamento de afetos cultivados no convívio. O ato poderia ser atribuído à época, ao costume de se abster de pecados e a busca pela salvação diante do leito de morte. Entretanto, mesmo que essas premissas fossem as únicas alternativas para compreensão do caso, a seleção dos herdeiros revela um mecanismo de escolha, consciente ou não, que não poderia ser explicado de forma tão simplista.

> No final das contas, esses sentimentos que indicam afeto são negociados tendo em vista a necessidade de ambos envolvidos na relação afetiva. Pensando nisso, é fundamental compreender como ele influiu nas ações desses agentes históricos.

[102] Testamento do Tenente Antonio Fogaça de Souza. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Cível. 1856.
[103] Ibid.

> Tendo em mente, como já mencionado, que tempos diferentes significa ações, reações, sentimentos, pensamentos e ideias diferentes.[104]

Fogaça não tinha herdeiros diretos e poderia ter distribuído seus bens de várias maneiras convencionais, como para parentes ou para a Igreja. No entanto, ele decidiu fazer de seus escravos e ex-escravos seus herdeiros universais. Essa decisão não pode ser vista apenas como um ato de benevolência cristã, como era comum na época, mas possivelmente reflete laços de afeto, confiança e reciprocidade desenvolvidos ao longo de anos de convivência.

Fogaça menciona que veio de Portugal, da Ilha da Graciosa, e que pertence a uma das principais famílias da região. Essa informação inicial pode parecer desconectada da decisão de destinação da herança, mas, na verdade, ajuda a contextualizar a posição de Fogaça dentro de uma elite social que, no Brasil, se transforma. Ao migrar para o Brasil, ele assume cargos públicos, o que sugere que, apesar de não ter uma família biológica próxima ou descendentes, ele ainda manteve uma posição de prestígio e poder, o que lhe permitiu ter escravos e gerir seus bens.

Os herdeiros de Fogaça, agora libertos, são nomeados um a um em seu inventário, no campo "título de herdeiros". Fato que inicialmente não parece ter relevância, porém, ao observarmos o padrão do corpo documental verificamos que não há nenhum outro documento que faça referência aos escravizados desta forma. Nem mesmo nos outros quatro casos em que os escravizados receberam herança. Outro detalhe que vale ressaltar é a rede de relações familiares que aparece no documento.

A estrutura do testamento — que lista nomes, filhos, netos e até bisnetos — destaca a construção de uma rede social interna entre esses indivíduos, muitos dos quais, mesmo já libertos, continuaram a viver e conviver com Fogaça. Isso sugere que, para além do vínculo de trabalho, havia uma relação de convivência contínua e de proximidade, que foi formada ao longo da vida.

A presença de tantos indivíduos libertos antes da morte de Fogaça sugere que ele já vinha promovendo manumissões em vida, o que reforça a ideia de que ele cultivava um certo reconhecimento por esses indivíduos. Além disso, o fato de que muitos dos herdeiros eram filhos e netos de seus escravos originais, com várias gerações vivendo sob sua tutela, revela uma continuidade no relacionamento que ultrapassa a mera propriedade de um indivíduo. O testamento de Fogaça apresenta uma evidência clara da formação de núcleos familiares entre os escravizados, um elemento que nos permite identificar uma construção de relações afetivas

---

[104] ANGELO, op. Cit., p. 78.

entre eles e, possivelmente, entre esses indivíduos e o próprio testador. A extensa lista de herdeiros, organizada por gerações - como Genoveva, seu filho José da Cruz, e os vários netos e bisnetos - sugere que esses laços familiares foram preservados e reconhecidos ao longo do tempo. O reconhecimento formal desses vínculos no testamento é um forte indicativo de que essas famílias foram constituídas e mantidas dentro da esfera de convívio de Fogaça, o que demonstra não apenas a continuidade da vida familiar entre os escravizados, mas também o espaço que esses laços ocuparam na estrutura social da propriedade.

Ao nomear essas famílias como herdeiras universais, Fogaça legítima e formaliza essas redes de relações, o que vai além da simples concessão de liberdade ou herança. Ele está reconhecendo a existência de um tecido social intrínseco entre os escravizados, formado por seus próprios laços de parentesco. Essa evidência de formação familiar é um sinal claro de que esses indivíduos, mesmo sob o regime escravista, exerceram agência ao preservar e cultivar suas relações interpessoais, construindo uma comunidade coesa dentro dos limites do sistema escravista. Isso implica que os escravizados não eram apenas sujeitos passivos dentro desse sistema, mas também atores ativos na construção de suas próprias redes de apoio, afeto e solidariedade.

> Assim, mais uma vez, é importante ter claro que esses homens e mulheres, quando deixaram tudo, sendo escravos ou não, aqui iniciaram uma nova vida, e isso significa inclusive constituir uma nova família, embora longe dos moldes das que haviam experimentado anteriormente.[105]

Explorar essas sensibilidades — a presença e o reconhecimento de famílias entre os escravizados — nos permite enxergar além das relações de poder e submissão. Ao perpetuar suas famílias e, em alguns casos, garantirem a liberdade e a continuidade dessas gerações, esses escravizados estavam, de certa forma, negociando espaços de autonomia dentro de um sistema opressivo. O ato de Fogaça reconhecer esses laços familiares com herança e liberdade reforça a ideia de que essas relações afetivas e de parentesco foram construídas e mantidas, mesmo em condições adversas. Portanto, o testamento de Fogaça, ao documentar e legitimar a existência de famílias entre os escravizados, revela as camadas afetivas que permeavam essas relações. A menção detalhada dessas famílias nos convida a entender que, apesar do contexto de dominação e violência, os escravizados encontravam maneiras de afirmar suas identidades, exercer suas vontades e, assim, moldar suas vidas dentro dos limites que lhes eram impostos.

---

[105] Ibid, p. 78.

Reconhecermos essas dinâmicas afetivas e familiares é fundamental para identificarmos a agência desses indivíduos e para compreendermos a complexidade das relações sociais que surgiam no ambiente escravista. O testamento de Fogaça não é apenas um ato de alforria em massa, mas também uma institucionalização de um reconhecimento social.

Outro caso parecido com os aqui apresentados, é explorado por Hartung[106], que analisa o caso da Fazenda Santa Cruz, onde, em 1854, sua proprietária, Dona Maria Clara do Nascimento, concedeu metade de suas terras e bens aos seus escravos e libertos. A autora explora a organização social destes sujeitos, relações familiares, de consanguinidade ou de afinidade. Assim como relações de parentesco "espiritual" o que se refere aos apadrinhamentos, que permitiram a construção de redes de apoio e proteção. Hartung[107], demonstra que os senhores reconheciam e respeitavam essas relações, tanto que o critério para a divisão do inventário de Maria Magdalena foi a manutenção das famílias escravas, bem como dos laços de parentesco estabelecidos.

Essas relações não poderiam ser unidimensionais, os casos em questão não resultam apenas do desejo dos "generosos" testadores. Alegar isso seria reforçar a ideia de que os escravizados eram meros objetos na dinâmica das relações escravistas. Acreditamos que, de alguma forma ainda desconhecida, os herdeiros afetaram seus testadores e foram afetados por eles. Assim, podemos perceber os escravizados como protagonistas de suas próprias vidas, agentes de seus conflitos e alianças em busca de bem-estar e sobrevivência, mesmo em um contexto de escravidão. No entanto, é importante lembrarmos que essas oportunidades não estavam disponíveis para todos. Sheila de Castro Faria destaca a importância de salientar essa questão:

> Certamente há uma certa radicalização dos que defendem uma história da escravidão onde o cativo também possuía voz ativa. Dentro das análises que produzem a desmistificação do escravo-objeto ou escravo coisa, encontra-se uma interpretação das ações e atitudes dos escravos que os colocam, muitas vezes, como dirigentes, por excelência, de suas ações, o que não deixa de ser perigoso. Antes de tudo, é preciso notar que, mesmo sendo possível a construção de uma identidade entre escravos, e que, dentro do cativeiro, foi viável (re)criar sistemas culturais de nítidas filiações africanas, o resultado dos ganhos adquiridos não era acessível a todos[108]

Estes exemplos de forma alguma podem ser entendidos de maneira isolada e nem tomados como regra, é necessário um esforço de compreendê-los inseridos em uma

---

[106] HARTUNG, op.cit.
[107] Ibid.
[108] FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 291.

determinada conjuntura. Tanto é que, como já salientado, os casos de nomeação de escravizados como herdeiros representam menos de 2% do corpus documental analisado. Neste sentido, tais episódios podem representar uma afronta à ordem social defendida, pois essas vivências experienciadas em relações pessoais podem afetar o contexto público. Os casos que tratamos até aqui, demonstraram uma teia de afetividades entre disputas de poder, conflitos e alianças nas relações privadas. No próximo capítulo buscaremos compreender como essa complexidade de afetos foi percebida por parte da comarca de Castro do período.

3. CAPÍTULO - AFETIVIDADE E IDENTIDADE COLETIVA: IMPACTO DAS RELAÇÕES PRIVADAS NA ESFERA PÚBLICA

Ao subverter o papel esperado de um senhor de escravos, Fogaça colocou em xeque os padrões da comunidade local. Neste capítulo, analisaremos fontes judiciais, destacando como essas ações foram percebidas por parte da comunidade e como elas provocaram reações nessas elites locais.

Para entendermos o impacto destas relações estabelecidas entre Fogaça e seus herdeiros na comunidade local – esfera pública – precisamos primeiramente entender qual era a concepção de relações que se esperava naquele contexto. Motim[109], faz uma análise sobre as relações sociais entre senhores de terras e trabalhadores entre 1850 – 1900 em Castro, buscando demonstrar a relação entre poder econômico, prestígio social e poder político, para isso elenca pessoas e famílias que ocuparam cargos na administração pública ou receberam títulos que lhes deram prestígio social.

Segundo ela, prestígio social seria atribuído àqueles que fossem vistos como "líderes", pessoas que se destacavam por seu poder econômico e mantinham relações paternalistas por meio de prestação de favores à comunidade. O estabelecimento desses laços, "faz com que o indivíduo seja quase sempre lembrado para ocupar cargos políticos ou receber homenagens", a partir disso, a influência deste "líder" passa a ter grande peso em todas as decisões da dita comunidade. Já o poder político, refere-se à ocupação de cargos na política local, pelo qual o indivíduo "passa a comandar todos os destinos da Vila, Cidade, ou Província que representa."[110] Em sua análise, faz um levantamento de nomes que detinham o prestígio social, seja econômica ou politicamente, e destaca uma permanência deste prestígio de geração em geração.[111]Essa característica de estabilidade do poder concentrado nos mesmos sobrenomes no decorrer do tempo, pode nos dar pistas sobre a busca pela perpetuação do status quo daquela sociedade.

Uma questão que surge a partir da leitura da análise feita por Motim[112], é o porquê do nome de Antonio Fogaça de Souza não constar entre os listados com prestígio social na Comarca de Castro. Considerando que para obter este prestígio, a autora cita a necessidade de poder econômico e/ou a ocupação de cargos na administração pública, Fogaça atenderia a

[109] MOTIM. Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná Tradicional - Castro (1850-1900). 1987. Dissertação (Mestrado em História do Brasil, na Universidade Federal do Paraná. Opção: História Social). Universidade Federal do Paraná, Doutorado, Curitiba, 1987, p. 109.
[110] Ibid, p. 109.
[111] Ibid, p. 109.
[112] Ibid.

estes dois critérios. Ocupou o cargo de juiz de paz, o qual já salientamos possuir um poder simbólico muito bem estabelecido e além disso, possuía um alto poder econômico. Ao analisarmos o conjunto documental de testamentos e inventários, verificamos que o monte mor de Fogaça estava entre os dez maiores valores citados. Fogaça era um dos homens mais ricos da província e detinha poder político, entretanto não está listado. Porque não aparece? O fato de não ter tido filhos pode ter colaborado para a não perpetuação de seu nome, entretanto, por se tratar de uma análise do período que se refere justamente ao período em que investigamos, essa ausência nos chama atenção. E se a sua ação de doar terras e fortuna para os negros escravizados também precisasse ser apagada da história? Qual o exemplo que ele daria para aquela sociedade que funcionava em torno da escravidão? A resposta para estas questões é o silêncio, porém precisamos fazer o esforço de "pensar o silêncio não como falta, mas ao contrário, pensar a linguagem (que tudo explica) como excesso"[113]

Motim destaca "Mudam os indivíduos, mas a elite dominante permanece no desempenho de sua função"[114]. Considerando esse fator de busca de permanência da elite dominante no poder, buscamos refletir sobre a necessidade de manutenção de uma ordem social já pré estabelecida, como forma de garantia de seu status de prestígio social.

O processo de interdição de Fogaça, datado de 24 de janeiro de 1856, movido por Joaquim Anacleto da Fonseca, pode ilustrar essa tentativa de manutenção da ordem social já estabelecida, que garantia a permanência destas elites no poder. Podemos notar através dos discursos e testemunhos registrados, as percepções sobre o que era considerado "normalidade" e o que era considerado passível de punição. As tentativas de manutenção do status quo ficam implícitas nos discursos, que ao mesmo tempo, podem revelar nuances do cotidiano daqueles atores sociais que o desafiavam.

Entre os discursos, se destacam a família Xavier da Silva, que segundo Martins representava a "esmagadora maioria"[115] das testemunhas arroladas no processo. Família que segundo Motim "não poderia ficar sem menção"[116] na lista dos que possuíam o tal prestígio social. Ao analisarmos o conjunto documental de testamentos e inventários, verificamos que Francisco Xavier da Silva possuía o número máximo de escravizados por senhor encontrado nos documentos, tendo citado um total de 63 escravos em seu inventário.[117]

---

[113] SPRÍCIGO, Antônio Cesar *et al.* Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados: entre fatos e números a escravidão registrada na freguesia do Araranguá no século XIX. 2003, p. 33.
[114] MOTIM. op. cit., p. 128.
[115] MARTINS, op. cit., p. 224.
[116] MOTIM. op. cit., p. 128.
[117] Inventário Francisco Xavier da Silva. Fórum Alcebíades de Almeida Faria. Vara Civel. 1829.

Possivelmente, foi pensando na manutenção deste prestígio que era passado de geração em geração, que Firmino Xavier da Silva apresentou-se para testemunhar contra Fogaça, seu vizinho. Conforme o registro de terras da Fazenda Vilella[118], datado de 18 de maio de 1856, a fazenda fazia divisa com Firmino "por um valo ao lado do norte".

Ao dar seu depoimento sobre o vizinho, Firmino alega que muitos dos escravos já tinham abandonado a fazenda e viviam "em diversos lugares, em arranchamentos próprios". Para Firmino, isso significava que "os escravos não guardavam respeito algum por seu senhor", percebemos aqui a expectativa de uma hierarquia, que para ele não foi respeitada.

Discurso parecido se repete no depoimento de Joaquim Anacleto da Fonseca, que alegava que os escravizados "se têm retirado de sua casa, uns como forros e outros, a título de o serem, fugindo de obedeceremno, como era de dever."[119] Essa denúncia da quebra do dever da obediência, demonstra que havia uma expectativa quanto a relação de um senhor e seus escravizados, a de dominação, e a quebra dessa expectativa era usada como argumento para tentar comprovar a incapacidade de Fogaça de gerir seus bens.

Percebemos aqui um padrão, o discurso de um excesso de permissibilidade. Argumentos com esse tom já apareciam em 1852, em um processo movido contra o lavrador João Sutil do Rozário, que sob a acusação de furto de animais, se defendeu acusando os escravizados de Fogaça, alegando que "alguns se tinham por forros" e que eram "mal administrados".[120] Neste trecho, Euzébio e Francisco, são acusados de furto, e ao alegar que o "senhor sabia disso", João sugere uma conivência do Tenente. Martins destaca que a acusação de João se tratasse de uma estratégia para se desviar das suspeitas, e apresenta ainda que foram encontrados outros dois inquéritos que envolviam escravizados de Fogaça, "ambos foram julgados improcedentes, com a posição do tenente Fogaça defendendo seus escravos."[121]

Orlandi destaca que nenhum discurso é desprendido do contexto em que está inserido, "não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros"[122]. Um discurso só é efetivo se quem emite o faz com clareza, e quem recebe o reconhece, é o que Orlandi denomina de "relação de sentidos".[123]

---

[118] Registro de terras: Registro 490. Livro nº 5.
[119] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação.
[120] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1852. Furto.
[121] MARTINS, op. cit., p. 222.
[122] Orlandi, op. cit., p. 39.
[123] Ibid.

Os discursos analisados estabelecem essa relação de sentido, na medida em que a reincidência de testemunhos que denunciam a falta de obediência dos escravizados e o excesso de permissibilidade do senhor nos leva a inferir que o contexto é de defesa de uma hierarquia.

Os três discursos citados acima têm como ponto de convergência a denúncia da permissibilidade de Fogaça, mas ao mesmo tempo nos possibilitam olhar por um outro ângulo. Ao afirmarem que os escravizados vivem em "arranchamentos próprios", “se têm retirado de sua casa”, ou ainda, “alguns se tinham por forros” Podemos inferir dos discursos uma autonomia significativa dos escravizados, já que viviam fora da fazenda.

Contudo, esse movimento não pode ser confundido com a liberdade total, essa autonomia que esses escravizados em certa medida acessavam, pode ser encarado como micro resistências ao sistema, e “isto ocorria mesmo quando escolhiam buscar a liberdade dentro do campo de possibilidades existente na própria instituição da escravidão — e lutavam então para alargar, quiçá transformar, este campo de possibilidades.”[124]

Essas “brechas” dentro do sistema escravista, são por vezes encaradas como somente uma estratégia para a estabilidade da exploração por parte dos senhores. Porém invalidar essas conquistas, por menores que fossem, é invisibilizar espaços conquistados por meio de ações de micro resistência do povo cativo. Araújo[125], traz uma provocação sobre a necessidade de situar essa questão a partir de experiências compartilhadas por homens e mulheres que lutaram para significar essas margens de autonomia.

> Se desde o alto estes espaços deveriam ser vistos e significados como decorrência de uma concessão senhorial, desde baixo fora interpretado não apenas como o resultado de uma luta por vezes velada como a conquista e defesa de direitos duramente perseguidos.[126]

No caso dos escravizados da fazenda Vilella, essas brechas significaram por exemplo a possibilidade de estabelecimento de uma rede familiar, como vimos no testamento de Fogaça. A experiência de uma certa autonomia, conquistada pelos escravizados de Fogaça, poderia representar uma afronta à hierarquia social esperada, e despertar uma consciência de busca por formas de liberdade dos escravizados de Fogaça, e mais que isso, poderia servir de exemplo para outros escravizados, que ao se identificarem enquanto parte de uma mesma

---

[124] CHALHOUB, op. cit., p. 252.
[125] ARAÚJO, Thiago Leitão de. Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). 2008.
[126] Ibid, p. 167.

classe, poderiam almejar o acesso a esta mesma autonomia. Quando nos atentamos ao fato da fazenda de Fogaça fazer divisa com a de Firmino, isso toma uma proporção ainda mais ameaçadora da ordem social estabelecida, visto que, não se poderia dimensionar a forma como as ações dos escravizados de Fogaça seriam recebidas e interpretadas pelos escravizados das outras fazendas.

As quebras dos costumes herdados ou construídos que estavam acontecendo na fazenda Vilella, poderiam significar um estabelecimento de experiências que findariam em uma consciência coletiva. Thompson, defende que é por meio das experiências vividas que o indivíduo forma sua consciência de classe, ou seja, "a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" [127]

Isto é, as ações dos sujeitos no seu cotidiano, se passam a ser executadas com frequência, podem gerar um senso de legitimidade, mesmo que conteste os costumes das classes dominantes. Como apontado por Chalhoub, é justamente no cotidiano que se formam os mecanismos de resistência, "isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado."[128]

É no cotidiano também que se formam as "estruturas de sentimentos". Sentimentos e percepções não são apenas individuais, mas estão em sintonia com as experiências coletivas.

Para Williams, essas estruturas capturam o "meio do caminho" entre o que é aceito tradicionalmente e o que está se formando como inovação cultural. Ele ressalta a importância das sensibilidades que, mesmo não articuladas diretamente, moldam as práticas sociais[129].

Se as vivências dos escravizados da fazenda Vilella, estavam mobilizando as experiências do cotidiano, poderiam representar uma possibilidade de construção de uma estrutura de sentimentos ou então uma consciência coletiva - consciência de classe, para referenciarmos Thompson[130]. As ações dos escravizados no cotidiano geravam incômodo justamente por desafiar os costumes tradicionais.

Esta quebra dos costumes legitimados no cotidiano, podem ser notadas nos testemunhos. As ações dos escravizados destoavam do que seria normalmente esperado. Percebemos isso no testemunho de Camilo José de Matos

---

[127] THOMPSON, op. cit., 1981, p.15.
[128] CHALHOUB, op. cit., p. 186.
[129] WILLIAMS, op. cit., 1971, p. 130.
[130] THOMPSON, op. cit., 1981.

> Os escravos do justificado apresentamse bastante endinheirados, fazendo compras avultadas de alfaias e apresentandose com caros aparelhos de prata e vestimentas ricas o que não pode ser senão pelo furto que fazem ao mesmo justificado, o qual sabe possuir ainda grande fortuna, não só porque tem sua fazenda, mas porque tendo há pouco tempo vendido uns campos, recebeu vinte contos de réis em moeda.[131]

Firmino também acusa os escravizados de esbanjar os bens de Fogaça, "gastam desordenadamente, apresentando-lhe qualquer deles sempre com muito dinheiro e muitos preparos". Os testemunhos indignados reforçam a narrativa de desordem e falta de controle. Entretanto, ao fazermos a leitura das entrelinhas, esse comportamento, que seria interpretado como imoral e subversivo, revela uma autonomia econômica que era altamente incomum para escravizados. Tais discursos reforçam a ideia de que a relação entre Fogaça e seus escravizados não seguia as normas tradicionais e, por isso, necessariamente deveria ser contida.

A posse de grandes quantias de dinheiro, bem como o uso de vestimentas ricas e adornos de prata, não eram características comuns entre os escravizados naquele contexto. É justamente por meio dessas nuances do cotidiano que esses atores sociais desafiavam a estrutura vigente. Conforme a concepção de Williams[132], são as experiências cotidianas, implícitas e muitas vezes não conscientes, que moldam as práticas sociais. Assim, podemos inferir que, por meio dessas atitudes corriqueiras, uma série de novas sensibilidades poderiam estar surgindo, influenciando a forma como essas pessoas vivenciavam seu contexto.

Tais ações configuravam uma anomalia e só poderiam ser explicadas como insensatez. Sendo assim, foram interpretadas como consequência de uma suposta demência de Fogaça, e esse foi o principal argumento levantado por Anacleto.

> "não tinha [o tenente Fogaça] discernimento suficiente para reger sua pessoa e bens a tal ponto que se tem empregado há anos ao vil e péssimo regime de seus escravos, os quais têm escandalosamente dissipado uma grande parte dos seus bens em prejuízo talvez do tezouro público."[133]

A falta de discernimento de Fogaça é outro argumento que se repete em vários testemunhos, aqui Anacleto pressupõe que o "péssimo regime" de Fogaça para com seus escravos, findaria em um prejuízo financeiro, que além do pessoal impactaria até o "tesouro público". Essa relação, formada no âmbito pessoal, não afetaria apenas a fazenda Vilella, mas também a ordem pública, evidenciando uma permeabilidade entre público e privado.

---

[131] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação.
[132] WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
[133] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação.

> Ambos os espaços (público e privado) são espaços de convívio. George Duby, na coletânea da História da vida privada, já afirmava que era preciso admitir que a oposição entre vida pública e vida privada "é menos questão de lugar do que de poder", os espaços de intimidades também são coletivos, fundamentados em confianças mútuas, regidos pelos costumes comuns.[134]

Essa correlação entre as vivências privadas e sua interferência no âmbito público, fica explícita no testemunho de Bueno, datado de 18 de março de 1856.

> Faço mais uma fiel exposição do fato que segue qualificar como atentado e dele com sua circunstância, o meritíssimo julgador conhecerá dando parte o crime, o crime atroz que deve ser severamente punido porque é crime horroroso cometido com manifesto abuso da lei, com fraude dos direitos da fazenda pública, e contra os sagrados direitos da humanidade infeliz!! É mais que justo, meritíssimo senhor, que a punição marche apar com o delito para correção aos malvados, para exemplo na sociedade e para que não se reproduzam atos tão degradantes! Não trato de minha defesa quanto a |_acusação que em nome do Tenente Fogassa de Souza se dirigiu ao juízo de v.s. Acusação cujo único fim é perturbar o sossego de cidadão pacífico, e acobertar a malvadez dos escravos despojados da fortuna daqueles cuja sorte tem sido funesta tornando-os necessitados de forças superiores para não regressarem à indigência. Neste drama somente figura o nome do tenente Fogassa como circunstância necessária.[135]

Este testemunho, diferente dos outros que o fazem nas entrelinhas, deixa explícito que o caso de Fogaça ecoa como ameaça às vivências públicas. Bueno enfatiza a necessidade de severa punição dos "malvados, para exemplo na sociedade e para que não se reproduzam atos tão degradantes!". A questão não se limitava a conter as ações de Fogaça e dos escravizados, era necessário dar exemplo para a sociedade para que "atos tão degradantes" não se tornassem costumeiros.

O "crime horroroso" ao qual Bueno se refere, é o de prevaricação, nos argumentos da acusação, o fato de os escravizados estarem "endinheirados" significava que eles estariam furtando o Fogaça, e consequentemente a fazenda pública.

Essa percepção de que as ações de Fogaça em sua vida privada, toma forma de ameaça, é notada nos testemunhos, que para garantir a manutenção dos costumes comuns se baseiam em diversos mecanismos de convencimento. Mecanismos como a relação de sentidos, expressada pelo ato de dizer o que se quer ouvir, como nos casos que denunciam a falta de hierarquia que já apontamos. Mas para além disso, notamos um acionamento de sensibilidades como forma de convencimento.

Para isso, Fogaça passa a ser descrito como um velho indefeso explorado pela "malvadez dos escravos", mas que ao mesmo tempo não pode se eximir da desordem que

---

[134] SANTOS. op. cit., p. 78.
[135] Disponível no arquivo da Casa da Cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação.

causou. Podemos perceber aqui um movimento que busca explorar aquilo que sensibiliza nos testemunhos. Como podemos notar no depoimento de Firmino, que declara

> O justificado possui ainda parte de sua fortuna e vive em extrema miséria, porque os escravos não cuidam de sua pessoa a qual até parece repugnante pela imundicidade que mostra com as feridas produzidas pelos insetos da terra que encravaramselhe pelas partes inferiores do corpo, supondo o mesmo que sofre fome, o que tudo sabe por ter presenciado, sendo seu vizinho há vinte e quatro anos, mais ou menos.[136]

Os relatos buscam retratar Fogaça como uma figura completamente incapaz de cuidar de si mesmo, vivendo em condições deploráveis. Podemos entender esse movimento como uma forma de sensibilizar quem irá receber o discurso. A descrição de "extrema miséria" e situações degradantes de Fogaça tem o objetivo explorar as sensibilidades na busca de fortalecer a narrativa de sua incapacidade.

Outro exemplo de testemunho que busca sensibilizar para convencer é o de Bueno, datado de 18 de março de 1856.

> Existe no termo desta Villa o Tenente Antonio Fogassa de Souza, com noventa e tantos anos de idade, sofrendo ataques de epilepsia a mais de 10 anos, não tendo senão apenas fraca vista, a ponto de não conhecer nem mesmo seus próprios escravos e famílias, além de achar-se com uma situação monstruosa nas pernas e pés com feridas horrendas provenientes da aglomeração de insetos da terra que tem destruído parte de seus membros, por causa da falta de trato e absoluto abandono em que se acha.

Expor a posição de Fogaça como “uma situação monstruosa”, além de reafirmar a necessidade de sua interdição, pode se tratar de uma tentativa de desvalidar a relação que ele estabelecera com os escravizados, tanto que Bueno faz questão de afirmar que Fogaça estaria em uma condição tão degradante “a ponto de não conhecer nem mesmo seus próprios escravos”.

Percebemos aqui uma ambiguidade, os discursos que se apoiam na exploração de situações tão degradantes, ao mesmo tempo em que buscam vitimizar Fogaça, que estaria em “absoluto abandono”, pode se perceber tentativas de desumanização do mesmo. Percebemos essa mobilização em argumentos como, “parece repugnante pela imundicidade que mostra”, ou mesmo “insetos da terra que tem destruído parte de seus membros”. Esse movimento pode ser interpretado como uma tentativa de estabelecer sentidos com o receptor do testemunho. Ao discursar sobre a vítima, o receptor pode ser afetado por sentimentos como compaixão ou empatia, assim como, o ato de desumaniza-lo pode afetar o receptor com sentimento de

[136] Ibid.

indignação e ódio. De qualquer forma, o resultado pretendido é o mesmo: retirar Fogaça da cena pública, e, consequentemente, as relações que ele vinha desenvolvendo com seus escravizados.

Essa busca de legitimação do discurso por meio da exploração das sensibilidades, nos convida a pensar as afetividades como mecanismos de disputas de poder, pelos quais podem ser acionadas diversas reações. Macedo, apresenta uma reflexão que dimensiona essa complexidade dos afetos, "Percebe-se, enfim, que a existência de uma ambivalência de afetos: de um lado temos afetos bons, alegres, potáveis e racionais contrapondo afetos ruins, tristes, tóxicos e, sobretudo, irracionais."[137]

Pensando nisso, podemos entender o uso das sensibilidades nos discursos que tentam salientar uma dicotomia entre um senhor "vítima" e "escravos malvados", como uma disputa, neste caso, pela manutenção dos costumes comuns. Destacamos a importância do afeto enquanto potência de construção de relações afetivas que desafiam a lógica dominante, entretanto, para além disso "o afeto é entendido como uma dimensão fundamental das relações de poder, mobilizada tanto para a subjugação/dominação".[138]

Os argumentos das testemunhas frente ao caso de Fogaça, passam pelo excesso de permissibilidade do tenente, desobediência dos escravizados, ameaça aos cofres públicos, incapacidade e demência de Fogaça, mas todos tem como pano de fundo implícito ou explícito, a indignação frente a relação que havia sido estabelecida por ele e seus escravizados, e a necessidade de contê-los.

Não podemos simplesmente lançar um olhar para essas relações como se fossem fatos prontos e acabados, com uma resposta fixa. Obviamente, não está ao nosso alcance saber qual era a verdadeira face dessas relações, e muito menos julgar estes atores. O universo de relações subjetivas em que os escravizados estavam inseridos era altamente complexo e, como podemos observar, repleto de disputas. Retomando a concepção de Orlandi[139], segundo a qual todo discurso reflete necessariamente seu contexto, podemos fazer um exercício dialético para compreender que, se os testemunhos analisados expressavam, de forma implícita ou explícita, a necessidade de conter as ações dos escravizados de Fogaça em prol de uma ordem social já estabelecida, isso nos permite inferir que esses escravizados, através dessas relações, foram não apenas afetados, mas também afetaram ativamente sua realidade.

---

[137] MACEDO, Edvanio Campos. Reflexões sobre afetos, corpos e identidades: perspectivas de raças e de gênero. Revista Zabelê, Teresina, Brasil, v. 4, n. 2, p. 8–23, 2024, p. 14.
[138] Ibid., p. 11.
[139] Orlandi, op. cit.

Portanto, longe de ser um sistema homogêneo, percebemos que a escravidão no contexto de Castro do século XIX, foi palco de experiências complexas e variadas. Os atores sociais que aqui analisamos, encontraram formas de resistir e construir suas próprias vidas. Ao acessarmos relações afetivas e as sensibilidades presentes neste contexto, podemos compreender essas pessoas enquanto agentes que, mesmo em um cenário escravista, foram capazes de agir, transformar suas realidades e desafiar o sistema social vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trajeto de pesquisa buscamos explorar as relações de afetividade estabelecidas entre senhores e escravizados na Comarca de Castro, na segunda metade do século XIX, tomando como ponto de partida a relação entre o Tenente Antônio Fogaça de Souza e seus herdeiros. Este caso revela as complexidades das experiências cotidianas em um cenário escravista, destacando a agência destes atores sociais que por meio das sensibilidades superaram a lógica de um sistema unicamente coercitivo. A análise das fontes possibilitou uma visão mais aprofundada das relações que permeavam o cotidiano da Fazenda Vilella, onde escravizados foram nomeados herdeiros universais, rompendo padrões estabelecidos e questionando a homogeneidade reducionista que, muitas vezes, caracteriza a narrativa sobre a escravidão.

A pesquisa enfrentou desafios, em especial a extensa quantidade de fontes e a necessidade de leitura atenta de cada documento, visto que a citação de escravos nos inventários não segue um padrão, a análise demandou uma abordagem criteriosa para garantir uma leitura precisa e coerente. Ação que permitiu a captação de uma gama de experiências registradas nas fontes, cada documento contribui para uma compreensão mais rica sobre as nuances das relações de afetividade, inclusive das camadas que a priori não eram o centro da documentação. Por meio das entrelinhas, acessamos indícios de resistências, disputa de poder e afetividades.

Outro desafio relevante foi o distanciamento do ensejo inicial de identificar “os verdadeiros interesses” dos sujeitos envolvidos. A análise crítica das fontes nos permitiu acessar construções simbólicas, que mais do que refletir intenções explícitas ou implícitas, revelaram práticas e sensibilidades moldadas e pela estrutura escravista, mas sobretudo, pelas experiências dos sujeitos. Assim foram identificadas não apenas concessões de alforrias e heranças, mas também expressões de relações interpessoais que desafiavam a ordem social vigente, e a rigidez do modelo senhor-escravo.

As análises das fontes primárias, principalmente testamentos e inventários, possibilitaram vislumbrar parte das redes de sociabilidades castrenses. Percebemos no testamento de Fogaça uma grande potencialidade enquanto fonte de estudo para mapear as relações familiares estabelecidas na fazenda Vilella. Mesmo que as documentações não permitam um acesso direto às vozes dos escravizados, indícios contidos nas entrelinhas explicitaram as subjetividades e resistências cotidianas.

A análise de discurso dos processos crimes permitiu inferir aspectos profundos sobre as percepções e valores sociais da época. Nos discursos registrados nesses processos, observam-se indícios de uma posição reativa às ações dos escravizados que estariam desafiando a estrutura social vigente, o que revela traços de agência e resistência destes atores. Acusações de desobediência, fugas e até mesmo comportamentos considerados "impróprios"- como vestir-se com roupas ricas, andarem adornados de prata e “esbanjarem dinheiro” - para a posição social imposta aos escravizados, expõem uma dinâmica de constante enfrentamento e questionamento da ordem senhorial.

A nomeação de escravizados como herdeiros, embora rara, mostrou-se mais frequente do que era inicialmente esperado, sendo que dos 260 documentos, 5 testadores concederam herança para escravizados. Destacamos aqui, para além de Fogaça, a figura de João Evangelista, homem que apesar de se identificar enquanto “muito pobre” se destacou nas documentações, sua ação de deixar herança para a forra Thereza e para o agora liberto Manoel ultrapassa a mera concessão de herança e alforria, inferimos aqui uma intenção de João em manter estes dois sujeitos vinculadas, por qual intenção não sabemos e não nos cabe saber, mas de qualquer forma Thereza, mesmo liberta permaneceu vinculada a João e também a Manoel, estes sujeitos afetaram uns aos outros. Casos como este revelam as nuances de afetividade experienciadas por sujeitos, que de modo algum perderam sua subjetividade para o sistema vigente.

Análises como estas oferecem importantes contribuições, na medida em que abrem novas possibilidades de interpretação para a documentação cartorial, e ao evidenciar a agência dos escravizados por meio do estabelecimento de relações de afetividade. Essa perspectiva resgata a importância do olhar para as subjetividades, e humaniza o estudo das relações sociais em contextos escravistas, desafiando estereótipos de passividade e homogeneidade frequentemente atribuídos aos escravizados.

Buscamos reforçar, também, a pertinência de explorar as sensibilidades e afetividades em investigações sobre a escravidão. A adoção destas abordagens, permite vislumbrar uma teia de relações que, embora frequentemente sejam desconsideradas dos registros históricos, emergem como elementos centrais da experiência humana.

> Pensar a história das sensibilidades seria mais uma das cartadas que os historiadores contemporâneos dão para se afastarem do legado positivista, ““A história faz-se com sensibilidades”, replicaríamos à célebre frase de Leopold Von Ranke “a história faz-se com documentos”.[140]

[140] DA SILVA, op. cit., 2012,

Por fim, destacando o caráter não esgotável da pesquisa, sugerimos a possibilidade de ampliar a análise das redes familiares e das relações afetivas em meados do século XIX em Castro, não apenas na fazenda Vilella, mas também em outras propriedades. Essa linha de investigação permitiria explorar como as dinâmicas sociais moldaram as comunidades escravistas, estabelecendo novas experiências e estruturas de sentimentos, contribuindo para a formação ou contestação de uma identidade coletiva. A replicação da abordagem teórica e metodológica aplicada nesta pesquisa pode favorecer a identificação de novas camadas de sensibilidades e afetividades nas relações entre senhores e cativos.

Portanto, o estudo das relações afetivas em contextos de escravidão amplia a compreensão sobre a sociedade castrense no século XIX. Conclui-se que a agência dos escravizados era expressa por diversos mecanismos, inclusive nas micro-resistências cotidianas e nas interações sociais. Reforçamos a importância de uma análise que dê visibilidade às subjetividades e ao poder de agência dos indivíduos.

Em suma, a investigação acerca do caso Fogaça contribui para uma abordagem renovada das fontes históricas, revelando a complexidade das relações entre escravizados e senhores e as muitas formas de resistência e convivência que marcaram o período escravista na Comarca de Castro da segunda metade do século XIX. Evidenciamos a relevância do estudo de afetividades para uma visão mais complexa das relações sociais, demonstrando que, mesmo em um sistema de opressão, os escravizados conseguiram articular modos de pertencimento e resistência, construindo redes de sociabilidade e afetividade que moldaram suas experiências coletivas.

FONTES

Museu do Tropeiro. Fundo de inventários e testamentos. Vara Cível. 1829 - 1856.

Casa da cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1852. Furto.

Casa da cultura Emília Erichsen. Processo s/n. Caixa/Ano: 1856. Prevaricação e Responsabilidade.

Casa da cultura Emília Erichsen. Registro de terras: Registro 490. Livro nº 5. 1856

SAINT-HILAIRE, August de. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. São Paulo: Ed. Da USP, 1978.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes**: A formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

ANGELO, Fabrício Vinhas Manini. **“Pelo muito amor que lhe tenho”**: a família, as vivências afetivas e as mestiçagens na Comarca do Rio das Velhas (1716-1780).2013

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade:** políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da Cruz Alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). 2008.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BECHELLI, Ricardo Sequeira. **Metamorfoses na interpretação do Brasil - Tensões no paradigma racial (Silvio Romeiro, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna)**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.8.2009.tde-24072009-150811. Acesso em: 2024-09-07.

BOCAYUVA, Helena. **Erotismo à brasileira**: o excesso sexual na obra de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

BODNAR, Roseli; DE MELO, Márcio de Araújo; DA SILVA BODNAR, Nivaldo Monteiro Camilo. A torre em concurso, de Joaquim Manuel de Macedo: Reflexões sobre a figura do juiz de paz e do advogado o século XIX. **Multidebates**, v. 7, n. 4, p. 257-269, 2023.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *In*: **Revista brasileira de educação**, p. 20-28, 2002.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p.31.

CORRÊA, Carlos Pinto. O afeto no tempo. **Estudos de Psicanálise**, n. 28, p. 61-67, 2005.

SILVA, Raniery Bezerra da; MENESES, Joedna Reis de. História e sensibilidades: uma análise da produção historiográfica sobre os afetos na contemporaneidade (1990-2007). *In*: I **Seminário Nacional Fontes Documentais e Pesquisa Histórica: Diálogos Interdisciplinares. GT 14 - História e Sensibilidades:** Caminhos Teóricos Metodológicos. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 1º, 2009. Anais [...]. Campina Grande - PB, 2009. p. 1-12. Disponível em: http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/34577

DA SILVA, Raniery Bezerra; DE MENESES, Joedna Reis. O Tema das sensibilidades na produção historiográfica contemporânea. Teresina, 2012. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, 2012, Teresina. **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar**. Teresinha: UFPI, 2012.

FARINATTI. Luís Augusto. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. **Anos 90**, [S. l.], v. 15, n. 28, p. 57–72, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7958. Acesso em: 12 mar. 2024

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Trad. Raquel Ramalhete. 38ª ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Jonis *et al.* **Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentist**a. São Paulo: Alameda, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 51.ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira**.** A morte como testemunho da vida. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93 – 118.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso; tradução dos poemas de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. 4ª Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GUEDES, Roberto; SOARES, Márcio de Sousa. As alforrias entre o medo da morte e o caminho da salvação de portugueses e libertos. Rio de Janeiro, segunda metade do século XVIII. *In*: RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). **Últimas Vontades:** testamento, sociedade e cultura na América Ibérica – séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 107 – 150.

GUTIÉRREZ, Horácio. **Donos de terras e escravos no Paraná:** padrões e tradições nas primeiras décadas do século XIX. História (São Paulo), v. 25, p. 100-122, 2006.

HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu:** escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. Topoi (Rio de Janeiro) , v. 10, pág. 143-191, 2005.

LARA, Silvia H. "Conectando Historiografias: a escravidão africana e o antigo regime na América portuguesa". In: BICALHO, Maria Fernanda e FERLINI, Vera Lúcia A. (O rgs.). **Modos de Governar:idéias e práticas políticas no Império Português**. (Séculos XVI -XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

MACEDO , Edvanio Campos. Reflexões sobre afetos, corpos e identidades: perspectivas de raças e de gênero. **Revista Zabelê**, Teresina, Brasil, v. 4, n. 2, p. 8–23, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/revzab/article/view/4686. Acesso em: 19 set. 2024.

MARTINS, Ilton Cesar. **Eu só tenho três casas**: a do senhor, a cadeia e o cemitério: crime e escravidão na comarca de Castro (1853 – 1888). 2011. Tese (Doutorado em História pelo Departamento de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes) - Universidade Federal do Paraná Doutorado, Curitiba, 2011.

MOTIM. Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná Tradicional - Castro (1850-1900). 1987. Dissertação (Mestrado em História do Brasil, na Universidade Federal do Paraná. Opção: História Social). Universidade Federal do Paraná Doutorado, Curitiba, 1987.

OLIVEIRA, Mariani Bandeira Cruz. Dos inventários post mortem nos Campos Gerais do Paraná: habitações, senhores e escravos (1820-1844). *In:* ENCONTRO DE ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 8, 2017, Porto Alegre. **Resumo.** Porto Alegre: Oikos, 2017. p. 1– 19.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso:** princípios & procedimentos. Pontes, 2012.
PAIVA, Eduardo França. "Usos e costumes da terra": o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários *post-mortem* das Minas Gerias setecentistas. *In*: RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). **Últimas Vontades:** testamento, sociedade e cultura na América Ibérica – séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 75 – 106.
PAIVA, Eduardo França. "Usos e costumes da terra": o viver e o sentir nos relatos testamentais e nos inventários post-mortem das Minas Gerias setecentistas. In: RODRIGUES, Claudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (org.). **Últimas Vontades**: testamento, sociedade e cultura na América Ibérica – séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Mauad, 2015. p. 80-81

PALERMO, Luis Claudio. **Uma análise sobre aspectos da historiografia da escravidão brasileira pós – 1980**: permanências, mudanças e matizes no interior dessa tendência. In, CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 37, Jul-Dez, 2019.

PEREIRA, Marco Aurelio Monteiro. O paraíso terrestre no Brasil; Os Campos Gerais do Paraná no relato de Auguste de Saint-Hilaire. **Revista de História Regional**, *[S. l.]*, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2142. Acesso em: 17 jul. 2024.

PESAVENTO, Sandra J. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (org.). **Histórias e Literatura:** identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. "Escravidão negra em debate". In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

RAMOS, Igor Guedes. As ressonâncias dos pensamentos de Edward P. Thompson e Michel Foucault na historiografia brasileira sobre a escravidão (1980-1990).*In:* V Seminário de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em História Social, 10, 2011, Londrina. **Anais Volume3:Cultura, Representações e Religiosidades.** Londrina: UEL, 2011. p. 73.

SANTOS, Nádia Maria Weber; MEIRELES, Maximiano Martins de. O arquivo pessoal da

historiadora Sandra Jatahy Pesavento e as Sensibilidades enquanto campo teórico e método de análise histórica. **Revista Artelogie. Recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l'Amérique latine**, Paris, n. 14, 2019. Disponível em https://journals.openedition.org/artelogie/3933?lang=en Acesso em: 27 dez. 2023.

SANTOS. Nila Michele Bastos. **Paixões, poderes e resistências:** as relações de poder e afetividade entre senhores e escravizados no Maranhão setecentista**.** 2016. Dissertação (Mestrado acadêmico em História Social). UFMA, São Luís, 2016.

SPRÍCIGO, Antônio Cesar *et al.* **Sujeitos esquecidos, sujeitos lembrados**: entre fatos e números a escravidão registrada na freguesia do Araranguá no século XIX. 2003.

DA SILVA, Raniery Bezerra; DE MENESES, Joedna Reis. O tema das sensibilidades na produção historiográfica contemporânea. *In*: **VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL Escritas da História: Ver - Sentir – Narrar**, Teresina, 2012

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina**. São Paulo: Ed. Da USP, 1978.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

THOMPSON. Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa I:** A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e terra, 2004.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

VELLOSO, Monica Pimenta. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**: Julho/ Agosto/ Setembro de 2009 Vol. 6 Ano VI nº 3 ISSN: 1807-6971 Disponível em: www.revistafenix.pro.br

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. [Tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p.130.